

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	98
--	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	100
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	105.841.152
Preferenciais	0
Total	105.841.152
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.218.772
Preferenciais	0
Total	1.218.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.948.030	1.945.258	1.709.411
1.01	Ativo Circulante	693.603	951.588	850.942
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.622	65.836	49.444
1.01.02	Aplicações Financeiras	370.930	608.334	608.167
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	370.930	608.334	608.167
1.01.03	Contas a Receber	230.650	242.403	158.303
1.01.03.01	Clientes	157.396	136.086	115.824
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	73.254	106.317	42.479
1.01.03.02.01	Valores a receber de partes relacionadas	55.305	49.115	27.251
1.01.03.02.02	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	17.064	15.688	14.027
1.01.03.02.04	Sinistros a recuperar	885	41.514	1.201
1.01.04	Estoques	31.518	16.903	16.244
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.809	11.603	12.835
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.809	11.603	12.835
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.074	6.509	5.949
1.01.08.03	Outros	11.074	6.509	5.949
1.02	Ativo Não Circulante	1.254.427	993.670	858.469
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	369.577	313.441	224.657
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	2.722	9.678
1.02.01.04	Contas a Receber	16.651	16.030	13.887
1.02.01.04.04	Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	16.651	16.030	13.887
1.02.01.07	Tributos Diferidos	225.970	212.715	171.752
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	225.970	212.715	171.752
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	78.025	71.028	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	78.025	71.028	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.931	10.946	29.340
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar ou compensar	35.651	0	0
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	11.466	10.946	27.746
1.02.01.10.05	Outros ativos não circulantes	1.814	0	1.594

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02	Investimentos	510.983	383.372	339.727
1.02.02.01	Participações Societárias	510.983	383.372	339.727
1.02.03	Imobilizado	348.835	276.215	268.835
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	120.113	138.633	156.884
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	120.596	93.588	70.470
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	108.126	43.994	41.481
1.02.04	Intangível	25.032	20.642	25.250
1.02.04.01	Intangíveis	25.032	20.642	25.250

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.948.030	1.945.258	1.709.411
2.01	Passivo Circulante	389.026	375.404	271.578
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.773	16.333	19.501
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.773	16.333	19.501
2.01.01.02.01	Salários e encargos sociais	21.773	16.333	19.501
2.01.02	Fornecedores	48.669	68.948	79.606
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.337	12.182	6.759
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.464	112.690	83.805
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	86.896	98.165	81.231
2.01.04.02	Debêntures	73.568	14.525	2.574
2.01.05	Outras Obrigações	108.738	97.343	59.300
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	68.055	61.050	31.435
2.01.05.02	Outros	40.683	36.293	27.865
2.01.05.02.04	Obrigações com arrendamento mercantil	37.062	35.565	27.652
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	3.621	728	213
2.01.06	Provisões	32.045	67.908	22.607
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.045	67.908	22.607
2.01.06.01.05	Acordo substitutivo IBAMA e MPF	691	41.448	0
2.01.06.01.06	Provisões operacionais	31.354	26.460	22.607
2.02	Passivo Não Circulante	1.103.823	1.216.045	1.120.906
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	965.387	1.085.930	993.865
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	635.705	941.116	908.549
2.02.01.02	Debêntures	329.682	144.814	85.316
2.02.02	Outras Obrigações	135.082	126.145	120.985
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.369	49.229	38.508
2.02.02.02	Outros	97.713	76.916	82.477
2.02.02.02.03	Obrigações com arrendamento mercantil	97.713	69.637	46.945
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	0	7
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	0	0	1.595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.07	Perda com Investimento em Sociedade Controlada	0	7.279	33.930
2.02.04	Provisões	3.354	3.970	6.056
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.354	3.970	6.056
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	342	808
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.354	3.581	5.238
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	47	10
2.03	Patrimônio Líquido	455.181	353.809	316.927
2.03.01	Capital Social Realizado	1.314.852	1.312.502	1.310.322
2.03.02	Reservas de Capital	-21.963	-26.419	-45.849
2.03.02.04	Opções Outorgadas	28.959	24.503	5.073
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-50.922	-50.922	-50.922
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	95.708
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-837.472	-934.963	-1.043.621
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	1.130	2.689	367
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.366	0	0
2.03.08.01	Reserva de hedge de fluxo de caixa	-1.366	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	791.088	707.381	729.870
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-661.807	-599.720	-581.942
3.03	Resultado Bruto	129.281	107.661	147.928
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	82.759	51.042	-10.694
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.641	-84.065	-73.354
3.04.02.01	Despesas administrativas e comerciais	-61.641	-84.065	-73.354
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	57.270	49.623	53.765
3.04.04.01	Recursos com subvenção -AFRMM aplicados	57.270	49.354	49.522
3.04.04.02	Recuperação de indêbitos Fiscais	0	269	4.243
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.963	7.836	12.736
3.04.05.01	Outras receitas (despesas), líquidas	1.963	7.836	12.736
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	85.167	77.648	-3.841
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	212.040	158.703	137.234
3.06	Resultado Financeiro	-125.844	-186.288	-133.685
3.06.01	Receitas Financeiras	42.445	20.897	6.189
3.06.02	Despesas Financeiras	-168.289	-207.185	-139.874
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-128.994	-99.344	-112.861
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais, líquidas	-39.295	-107.841	-27.013
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	86.196	-27.585	3.549
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.294	40.536	7.580
3.08.01	Corrente	-1.320	-427	-11.825
3.08.02	Diferido	12.614	40.963	19.405
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.490	12.951	11.129
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	97.490	12.951	11.129
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,93	0,12	0,27
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,93	0,12	0,26

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	97.490	12.951	11.129
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-193	-2.322	1.267
4.02.01	Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	-1.559	-2.322	1.267
4.02.02	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período	2.383,06	0	0
4.02.03	Reciclagem	-1.017,06	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	97.297	10.629	12.396

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	223.504	176.029	241.360
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	146.025	108.173	119.426
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	97.490	12.951	11.129
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-85.167	-77.648	3.841
6.01.01.03	Depreciação e amortização	66.743	63.003	69.841
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-11.294	-40.536	-19.405
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros	1.079	-24	-1.008
6.01.01.06	Provisões operacionais	0	0	-13.775
6.01.01.07	Baixa ou resultado na alienação de bens do imobilizado	36.862	0	0
6.01.01.08	Despesa com plano de opções de ações	4.456	19.430	3.179
6.01.01.10	Juros, encargos e variação cambial, líquida	142.583	175.692	104.350
6.01.01.11	Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	-57.270	-49.354	-49.522
6.01.01.12	Perda com cessão de direitos AFRMM - precatórios	0	0	8.160
6.01.01.15	Crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS	-44.778	0	0
6.01.01.16	Outros	-4.679	4.659	2.636
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	77.479	67.856	121.934
6.01.02.04	Estoques	-14.615	-659	-1.311
6.01.02.05	Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas	-29.333	-18.607	-5.740
6.01.02.06	Tributos a recuperar ou compensar	-1.079	1.232	8.426
6.01.02.07	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	54.750	45.432	80.822
6.01.02.08	Sinistros a recuperar	40.629	-40.313	0
6.01.02.10	Outros ativos	-3.729	-559	7.282
6.01.02.11	Salários e encargos sociais	5.440	-3.168	6.212
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher	3.835	4.996	-1.041
6.01.02.13	Depósitos judiciais	-520	16.800	3.285
6.01.02.14	Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas	20.902	64.251	19.951
6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos	-1.695	-2.062	0
6.01.02.17	Outros passivos	2.894	513	4.048
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	101.649	-97.399	-764.907

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.01	Recebimento de dividendos com controladas	122.756	0	0
6.02.02	Integralização de capital e AFAC	-176.043	-26.616	-132.908
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-106.549	-9.277	-20.472
6.02.04	Aplicações financeiras	261.485	6.789	-611.527
6.02.05	Mútuos concedidos a controladas	0	-68.295	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-363.367	-62.238	559.749
6.03.01	Operação de forfait	-80.725	0	0
6.03.02	Amortização empréstimos e financiamentos	-472.177	-59.598	-86.556
6.03.03	Aumento de capital por subscrição de ações	2.350	3.117	679.053
6.03.04	Captação de mútuos com controladas	72.756	48.827	39.967
6.03.05	Emissão de debêntures	343.331	71.400	90.474
6.03.06	Mútuos concedidos	-2.000	0	0
6.03.07	Obrigações com arrendamento mercantil	-50.373	-47.278	-39.384
6.03.08	Custos na captação de debêntures	-5.304	-2.414	-3.364
6.03.09	Custos diretos de emissão de ações	0	-828	-34.780
6.03.10	Pagamento de mútuos com controladas	-86.048	-33.462	-12.147
6.03.11	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-85.554	-42.002	-73.514
6.03.12	Recebimento de mútuos concedidos	377	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.214	16.392	36.202
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.836	49.444	13.242
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.622	65.836	49.444

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.350	4.456	0	0	0	6.806
5.04.01	Aumentos de Capital	2.350	0	0	0	0	2.350
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.456	0	0	0	4.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.491	-2.925	94.566
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.490	0	97.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1	-2.925	-2.924
5.05.02.06	Outros	0	0	0	1	0	1
5.05.02.07	Constituição de reserva de hedge	0	0	0	0	-1.366	-1.366
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-1.559	-1.559
5.07	Saldos Finais	1.314.852	-21.963	0	-837.472	-236	455.181

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.180	19.430	0	0	0	21.610
5.04.01	Aumentos de Capital	3.117	0	0	0	0	3.117
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-937	0	0	0	0	-937
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.430	0	0	0	19.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.950	2.322	15.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.951	0	12.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.322	2.322
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-1	0	-1
5.05.03.02	Outros	0	0	0	-1	0	-1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-95.708	95.708	0	0
5.06.04	Absorção de reserva de incentivos fiscais	0	0	-95.708	95.708	0	0
5.07	Saldos Finais	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	654.224	-49.028	95.708	-1.054.750	-900	-354.746
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	654.224	-49.028	95.708	-1.054.750	-900	-354.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	656.098	3.179	0	0	0	659.277
5.04.01	Aumentos de Capital	679.053	0	0	0	0	679.053
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-22.955	0	0	0	0	-22.955
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.179	0	0	0	3.179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.129	1.267	12.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.129	0	11.129
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.267	1.267
5.07	Saldos Finais	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.031.117	861.753	872.906
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	901.569	809.943	827.418
7.01.02	Outras Receitas	57.270	49.354	49.522
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	70.369	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	1.909	2.456	-4.034
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-555.177	-461.164	-400.800
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-433.060	-335.481	-323.445
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.407	-9.624	-6.509
7.02.04	Outros	-114.710	-116.059	-70.846
7.02.04.01	Óleos combustíveis e gases	-94.545	-85.128	-81.261
7.02.04.02	Reversão (constituição) de provisão para riscos	-1.079	24	1.008
7.02.04.05	Outros	-19.086	-30.955	9.407
7.03	Valor Adicionado Bruto	475.940	400.589	472.106
7.04	Retenções	-66.743	-63.003	-69.861
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66.743	-63.003	-69.861
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	409.197	337.586	402.245
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	172.993	144.494	23.324
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	85.167	77.648	-3.841
7.06.02	Receitas Financeiras	87.826	66.846	27.165
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	582.190	482.080	425.569
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	582.190	482.080	425.569
7.08.01	Pessoal	97.498	83.558	81.345
7.08.01.01	Remuneração Direta	77.490	63.291	55.343
7.08.01.02	Benefícios	15.816	16.972	22.731
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.192	3.295	3.271
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	115.491	71.001	96.144
7.08.02.01	Federais	64.815	24.469	51.763
7.08.02.02	Estaduais	49.266	45.274	43.413
7.08.02.03	Municipais	1.410	1.258	968

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	271.711	314.570	236.951
7.08.03.03	Outras	271.711	314.570	236.951
7.08.03.03.01	Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	213.670	253.134	160.849
7.08.03.03.02	Afretamentos,locações e arrendamentos	58.041	61.436	76.102
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	97.490	12.951	11.129
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	97.490	12.951	11.129

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.438.464	2.206.513	1.912.077
1.01	Ativo Circulante	964.697	1.058.787	912.812
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	216.298	101.337	55.315
1.01.02	Aplicações Financeiras	390.243	608.334	608.167
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	390.243	608.334	608.167
1.01.03	Contas a Receber	233.443	262.593	160.712
1.01.03.01	Clientes	214.645	204.941	145.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.798	57.652	15.228
1.01.03.02.02	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	17.064	15.688	14.027
1.01.03.02.04	Sinistros a recuperar	1.734	41.964	1.201
1.01.04	Estoques	40.627	22.229	21.463
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.462	49.363	54.780
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.462	49.363	54.780
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.624	14.931	12.375
1.01.08.03	Outros	31.624	14.931	12.375
1.02	Ativo Não Circulante	1.473.767	1.147.726	999.265
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	333.167	295.547	269.197
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	773	3.878	10.805
1.02.01.04	Contas a Receber	16.651	16.030	13.887
1.02.01.04.04	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	16.651	16.030	13.887
1.02.01.07	Tributos Diferidos	257.089	238.964	171.752
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	257.089	238.964	171.752
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	58.654	36.675	72.753
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar ou compensar	35.651	16.780	34.513
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	21.173	19.881	36.633
1.02.01.10.05	Outros ativos não circulantes	1.830	14	1.607
1.02.03	Imobilizado	1.110.245	828.197	701.455
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	638.735	576.517	549.241
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	217.020	194.729	102.258

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	254.490	56.951	49.956
1.02.04	Intangível	30.355	23.982	28.613
1.02.04.01	Intangíveis	30.355	23.982	28.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.438.464	2.206.513	1.912.077
2.01	Passivo Circulante	489.608	416.124	331.246
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.269	27.511	28.558
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.269	27.511	28.558
2.01.01.02.01	Salários e encargos sociais	35.269	27.511	28.558
2.01.02	Fornecedores	114.229	110.421	126.087
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.733	28.386	16.656
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	196.884	132.814	98.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.740	118.289	96.101
2.01.04.02	Debêntures	95.144	14.525	2.574
2.01.05	Outras Obrigações	53.500	41.738	31.453
2.01.05.02	Outros	53.500	41.738	31.453
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	20	12	0
2.01.05.02.04	Obrigações com arrendamento mercantil	41.764	40.712	31.079
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	11.716	1.014	374
2.01.06	Provisões	59.993	75.254	29.817
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.993	75.254	29.817
2.01.06.01.05	Acordo substitutivo IBAMA e MPF	691	41.448	0
2.01.06.01.06	Provisões operacionais	59.302	33.806	29.817
2.02	Passivo Não Circulante	1.493.559	1.436.426	1.263.784
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.297.025	1.257.289	1.157.918
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	754.763	1.112.475	1.072.602
2.02.01.02	Debêntures	542.262	144.814	85.316
2.02.02	Outras Obrigações	178.225	153.577	62.470
2.02.02.02	Outros	178.225	153.577	62.470
2.02.02.02.03	Obrigações com arrendamento mercantil	178.225	153.567	57.918
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	0	50
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	0	10	4.502
2.02.03	Tributos Diferidos	8.417	10.851	7.886

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.417	10.851	7.886
2.02.04	Provisões	9.892	14.709	35.510
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.892	14.709	35.510
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	342	808
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.637	14.313	34.692
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	255	54	10
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	455.297	353.963	317.047
2.03.01	Capital Social Realizado	1.314.852	1.312.502	1.310.322
2.03.02	Reservas de Capital	-21.963	-26.419	-45.849
2.03.02.04	Opções Outorgadas	28.959	24.503	5.073
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-50.922	-50.922	-50.922
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	95.708
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-837.472	-934.963	-1.043.621
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	1.130	2.689	367
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.366	0	0
2.03.08.01	Reserva de hedge de fluxo de caixa	-1.366	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	116	154	120

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.397.039	1.126.179	1.052.204
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.107.114	-893.277	-854.222
3.03	Resultado Bruto	289.925	232.902	197.982
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.386	-40.142	-25.499
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-102.259	-101.883	-89.126
3.04.02.01	Despesas administrativas e comerciais	-102.259	-101.883	-89.126
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	57.270	49.623	54.350
3.04.04.01	Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	57.270	49.354	49.522
3.04.04.02	Recuperação de indêbitos fiscais	0	269	4.828
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.603	12.118	9.277
3.04.05.01	Outras receitas (despesas),líquidas	1.603	12.118	9.277
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	246.539	192.760	172.483
3.06	Resultado Financeiro	-150.678	-214.284	-146.785
3.06.01	Receitas Financeiras	43.972	21.465	5.856
3.06.02	Despesas Financeiras	-194.650	-235.749	-152.641
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-152.521	-114.838	-128.212
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais,líquidas	-42.129	-120.911	-24.429
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	95.861	-21.524	25.698
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.710	34.524	-14.541
3.08.01	Corrente	-18.145	-29.723	-32.947
3.08.02	Diferido	19.855	64.247	18.406
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.571	13.000	11.157
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	97.571	13.000	11.157
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.490	12.951	11.129
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	81	49	28
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,93	0,13	0,27
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02.01	ON	0,93	0,12	0,26

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	97.571	13.000	11.157
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-193	-2.322	1.267
4.02.01	Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	-1.559	-2.322	1.267
4.02.02	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período	2.383,06	0	0
4.02.03	Reciclagem	-1.017,06	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	97.378	10.678	12.424
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.297	10.629	12.396
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	81	49	28

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	416.095	240.522	299.604
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	345.889	252.332	160.020
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	97.571	13.000	11.157
6.01.01.03	Depreciação e amortização	122.555	106.506	98.664
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-1.710	-34.524	-18.406
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros	255	-11.978	-5.969
6.01.01.06	Provisões operacionais	0	0	-10.264
6.01.01.07	Baixa ou resultado na alienação de bens do imobilizado	36.862	0	-202
6.01.01.08	Despesa com plano de opção de ações	4.456	19.430	3.179
6.01.01.10	Juros, encargos e variação cambial, líquida	164.130	212.410	117.901
6.01.01.11	Recursos com subvenção AFRMM - aplicados	-57.270	-49.354	-49.522
6.01.01.12	Perda com cessão de direitos AFRMM -precatórios	0	0	8.160
6.01.01.15	Crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS	-44.778	0	10.150
6.01.01.16	Outros	23.818	-3.158	-4.828
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	70.206	-11.810	139.584
6.01.02.04	Estoques	-18.398	-766	-1.760
6.01.02.05	Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas	-23.838	-59.457	-6.720
6.01.02.06	Tributos a recuperar ou compensar	7.377	23.150	20.728
6.01.02.07	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	54.750	45.432	80.822
6.01.02.08	Sinistros a recuperar	40.230	-40.763	0
6.01.02.10	Outros ativos	-15.860	-2.556	15.787
6.01.02.11	Salários e encargos sociais	7.758	-1.047	6.001
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher	-16.798	-17.993	4.365
6.01.02.13	Depósitos judiciais	-1.292	16.752	369
6.01.02.14	Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas	30.638	29.721	23.073
6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos	-5.072	-4.460	0
6.01.02.17	Outros passivos	10.711	177	-3.081
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-98.356	-89.397	-769.873
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-343.012	-96.157	-157.219

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.04	Aplicações financeiras	244.656	6.760	-612.654
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-202.779	-105.102	508.554
6.03.01	Operação de forfait	-80.725	0	0
6.03.02	Amortização empréstimos e financiamentos	-534.924	-70.917	-101.067
6.03.03	Aumento de capital por subscrição de ações	2.350	3.117	679.053
6.03.05	Emissão de debêntures	586.906	71.400	90.474
6.03.06	Empréstimos captados	-2.000	0	0
6.03.07	Obrigações com arrendamento mercantil	-67.117	-61.380	-43.980
6.03.08	Custos na captação de debêntures	-14.855	-2.414	-3.364
6.03.09	Custos diretos de emissão de ações	0	-828	-34.780
6.03.11	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-92.791	-44.080	-77.782
6.03.12	Recebimento de mútuos concedidos	377	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	114.960	46.023	38.285
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.338	55.315	17.030
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	216.298	101.338	55.315

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809	154	353.963
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809	154	353.963
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.350	4.456	0	0	0	6.806	-119	6.687
5.04.01	Aumentos de Capital	2.350	0	0	0	0	2.350	0	2.350
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.456	0	0	0	4.456	0	4.456
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-119	-119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.491	-2.925	94.566	81	94.647
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.490	0	97.490	81	97.571
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1	-2.925	-2.924	0	-2.924
5.05.02.06	Outros	0	0	0	1	0	1	0	1
5.05.02.07	Constituição de reserva de hedge	0	0	0	0	-1.366	-1.366	0	-1.366
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-1.559	-1.559	0	-1.559
5.07	Saldos Finais	1.314.852	-21.963	0	-837.472	-236	455.181	116	455.297

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927	120	317.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927	120	317.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.180	19.430	0	0	0	21.610	0	21.610
5.04.01	Aumentos de Capital	3.117	0	0	0	0	3.117	0	3.117
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-937	0	0	0	0	-937	0	-937
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.430	0	0	0	19.430	0	19.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.950	2.322	15.272	34	15.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.951	0	12.951	49	13.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.322	2.322	0	2.322
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-1	0	-1	-15	-16
5.05.03.02	Outros	0	0	0	-1	0	-1	-15	-16
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-95.708	95.708	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de reserva de incentivos fiscais	0	0	-95.708	95.708	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809	154	353.963

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	654.224	1.894	44.786	-1.054.750	-900	-354.746	119	-354.627
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	654.224	1.894	44.786	-1.054.750	-900	-354.746	119	-354.627
5.04	Transações de Capital com os Sócios	656.098	3.179	0	0	0	659.277	0	659.277
5.04.01	Aumentos de Capital	679.053	0	0	0	0	679.053	0	679.053
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-22.955	0	0	0	0	-22.955	0	-22.955
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.179	0	0	0	3.179	0	3.179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.129	1.267	12.396	1	12.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.129	0	11.129	28	11.157
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.267	1.267	-27	1.240
5.05.02.06	Outros	0	0	0	0	1.267	1.267	-27	1.240
5.07	Saldos Finais	1.310.322	5.073	44.786	-1.043.621	367	316.927	120	317.047

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.675.648	1.306.220	1.345.623
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.546.381	1.254.296	1.171.583
7.01.02	Outras Receitas	57.270	49.354	49.522
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	70.369	0	128.566
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	1.628	2.570	-4.048
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-762.010	-574.757	-631.335
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-571.033	-435.188	-541.714
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.284	-20.898	-13.413
7.02.04	Outros	-169.693	-118.671	-76.208
7.02.04.01	Óleo combustíveis e gases	-121.034	-89.410	-86.065
7.02.04.02	Reversão (constituição) de provisão para riscos	-255	11.978	5.969
7.02.04.05	Outros	-48.404	-41.239	3.888
7.03	Valor Adicionado Bruto	913.638	731.463	714.288
7.04	Retenções	-122.555	-106.506	-98.663
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122.555	-106.506	-98.663
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	791.083	624.957	615.625
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	114.738	100.538	37.900
7.06.02	Receitas Financeiras	114.738	100.538	37.900
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	905.821	725.495	653.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	905.821	725.495	653.525
7.08.01	Pessoal	176.152	152.677	135.010
7.08.01.01	Remuneração Direta	136.296	111.544	91.286
7.08.01.02	Benefícios	30.854	34.007	37.438
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.002	7.126	6.286
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	170.402	110.215	150.490
7.08.02.01	Federais	98.570	49.181	95.319
7.08.02.02	Estaduais	55.401	48.780	43.549
7.08.02.03	Municipais	16.431	12.254	11.622
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	461.696	449.603	356.868

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	461.696	449.603	356.868
7.08.03.03.01	Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	265.416	315.077	184.685
7.08.03.03.02	Afretamentos,locações e arrendamentos	196.280	134.526	172.183
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	97.571	13.000	11.157
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	97.490	12.951	11.129
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	81	49	28

Log-In Logística Intermodal S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)

PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA

VOLUMES

Navegação

Eletroeletrônicos, químicos e petroquímicos, alimentos e bebidas foram alguns dos segmentos em destaque nos trades de Mercosul e Cabotagem. Na Cabotagem houve redução nos volumes devido a oscilações do mercado, porém sendo compensados pelo crescimento das movimentações nos outros trades. Volume no *Feeder* superior ao 4T20 impulsionado pela captura de novas oportunidades de negócio e pelo reposicionamento de contêineres vazios. No Mercosul, volumes cresceram em relação ao período comparativo, 4T20, pela maior movimentação dos clientes regulares e também pela entrada de novos clientes. Em 2021, volumes cresceram sobretudo por conta dos maiores volumes no *Feeder*, superiores em relação ao 2020, pelas razões descritas anteriormente e como efeito do mercado internacional beneficiando essa linha de serviço ao longo do ano.

Terminal de Vila Velha (TVV)

Na movimentação de contêineres, queda nos volumes devido à desaceleração da demanda em mercados como o norte-americano. Ainda, houve desaquecimento da atividade comercial do Brasil no final do ano, impactando negativamente as exportações, e o impacto negativo do aumento do frete marítimo internacional como fatores relevantes. Em 2021, os volumes foram impulsionados sobretudo pelo aumento nas importações, visto que no comparativo, 2020, as movimentações foram menores devido aos impactos da pandemia em diversos setores produtivos.

Na movimentação de carga geral, recorde histórico no volume movimentado de carga geral pelo TVV, com destaque para o crescimento de produtos siderúrgicos, e em linha com a estratégia do TVV atuando como terminal multipropósito. Aumento na movimentação de veículos pela operação do TEV – Área 5 desde o 2T21, espaço destinado para a armazenagem e movimentação exclusiva de veículos. Captura de novas cargas, crescimento dos volumes movimentados e atividades acessórias operadas pela diversificação do TVV seguem como pontos relevantes. No 4T21 e em 2021 houve destaque na movimentação de veículos dada a recuperação do setor após a redução na atividade das montadoras em períodos comparativos.

Receita Operacional Líquida (ROL)

4T21 x 4T20

Crescimento explicado pelos seguintes fatores: maior volume movimentado de carga geral e granéis no TVV; maior movimentação no trimestre com a captura de novas cargas; início da operação do Log-In Discovery; maior volume de transporte de veículos transportados entre Brasil e Argentina e entrada de novos clientes.

2021 x 2020

Crescimento explicado pelos seguintes eventos: Maior volume transportado sendo impulsionado pelo segmento *Feeder* devido à alta de importações e exportações no Brasil; impacto positivo da desvalorização do Real nas receitas atreladas ao Dólar de *Feeder* e Mercosul; aumento do volume movimentado de carga geral e maior receita decorrente da movimentação no terminal de veículos TEV – Área 5.

Custo dos Serviços Prestados (CSP)

4T21 x 4T20

Aumento do CSP pelos seguintes fatores: operação do Log-In Discovery; maior custo de combustível (bunker) decorrente do aumento do preço (em R\$/ton), desvalorização do Real frente ao Dólar do período; aumento do custo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)



médio do transporte rodoviário no 4T21 em relação ao comparativo 4T20, devido ao contínuo aumento do preço do diesel e do pedágio; maior custo de carga e descarga no TVV, devido ao maior volume de operações e movimentação de cargas com maior custo associado e impacto pontual do custo com a franquia de seguro de uma das embarcações.

2021 x 2020

Aumento do CSP no ano pelos seguintes fatores: aumento nos custos operacionais pela entrada em operação do Log-In Endurance em maio de 2020 e do Log-In Discovery em março de 2021 com a cobertura das embarcações em docagem; aumento de custos portuários em função do volume maior na Navegação; aumento de custos com combustíveis (bunker) devido à alta no preço do bunker versus 2020 e desvalorização do Real frente ao Dólar no período; acréscimo de *running costs*, devido à manutenção do plano de blindagem dos marítimos contra COVID-19, além da operação de um navio a mais em parte do ano e aluguel de equipamentos no TVV para atender à maior demanda.

▪ Despesas Operacionais

4T21 x 4T20

Redução de Despesas Operacionais em decorrente de: novo acordo coletivo de trabalho e ciclo de mérito (promoções e reconhecimentos) e efeitos de contingências e perdas com recebíveis.

2021 x 2020

Aumento de Despesas Operacionais pois, visando a preservação de caixa durante a pandemia, realizamos contenção de despesas gerais e administrativas, tais como treinamento, marketing e consultoria, as quais foram gradativamente retomadas em 2021.

▪ Resultado Financeiro

4T21 x 4T20

No 4T21, o Resultado Financeiro é explicado principalmente pelo efeito cambial dos encargos financeiros sobre os empréstimos indexados ao dólar, pelo aumento na média do CDI em 2021, pelos encargos do IFRS16 atrelado à variação do dólar, além da quitação antecipada da 2ª emissão de debêntures no 4T21.

2021 x 2020

Em 2021, houve uma evolução no Resultado Financeiro acumulado no período em 29,7%, totalizando uma despesa devido a menor despesa de variação cambial no período (R\$5,1967 em 31/12/2020 versus R\$4,0307 em 31/12/19) em 2020, versus a valorização do Real de 7% (R\$5,5805 em 31/12/2021 versus R\$5,1967 em 31/12/20) no mesmo período de 2021. Adicionalmente, a partir de 01 de março de 2021, adotamos o hedge de fluxo de caixa para proteção das receitas atreladas à moeda estrangeira.

▪ Lucro (Prejuízo) do Período

4T21 x 4T20

Lucro Líquido explicado pelo impacto da variação cambial no trimestre com desvalorização do Real frente ao Dólar do período; despesa operacional ocasionada pelo aumento das despesas comerciais e administrativas, explicadas anteriormente e melhor desempenho operacional dos negócios.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)



2021 x 2020

Lucro líquido explicado pelo melhor desempenho operacional dos negócios, menor impacto da variação cambial (2021 vs. 2020) principalmente sobre parcela dolarizada da dívida com o BNDES, majoritariamente contábil, com efeito caixa totalmente compensado pelo superávit operacional em dólares.

▪ Investimentos

4T21 x 4T20

No 4T21, ocorreram investimentos de capital para a compra de novos equipamentos para modernização e expansão da capacidade no TVV e aquisição de dois novos navios contêineres. A variação no montante de investimentos recorrentes decorreu principalmente das docagens realizadas. No 4T20, o CAPEX é composto basicamente por investimentos recorrentes referentes à continuidade operacional dos navios, do TVV e de projetos de tecnologia.

2021 x 2020

Em 2021, os principais componentes dos investimentos de capital foram a aquisição do navio Log-In Discovery através de recursos próprios levantados no último *follow on* da Companhia, o pagamento das primeiras parcelas para aquisição de dois novos navios contêineres que estão em construção, além da compra de novos equipamentos para modernização e expansão da capacidade do TVV. Os investimentos recorrentes foram principalmente as docagens programadas dos navios Log-In Jatobá, Log-In Endurance e Log-In Resiliente. Em 2020, o CAPEX foi composto sobretudo pela aquisição do navio Log-In Endurance, financiado via debêntures, e investimentos recorrentes para continuidade operacional.

▪ Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía uma dívida líquida de R\$882,5 milhões e uma dívida bruta de R\$1.489,0 milhão, com custo médio de 10,27% a.a., sendo 88% da mesma com amortização no longo prazo.

Em 27 de abril de 2021, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 340 milhões, com prazo de vencimento de seis anos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia foram destinados ao pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados aos seus financiamentos com vencimento em 2023, proporcionando o alongamento do calendário de amortização de dívidas para 2027.

Em 08 de outubro de 2021, o TVV aprovou a sua primeira emissão de debêntures, composta por debêntures simples, no valor de R\$ 240 milhões. Em 01 de dezembro de 2021, concluíram a liquidação integral dessa emissão. Os recursos obtidos serão destinados aos investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV.

Em 21 de dezembro de 2021, foi realizada, de forma antecipada, a quitação total da 2ª emissão de debêntures. Anteriormente uma dívida IPCA+10%, que venceria em junho de 2029, que foi trocada por uma dívida de IPCA+6,86% com vencimento em novembro de 2033.

Essas quitações demonstram a capacidade da Log-In em honrar os compromissos firmados junto às instituições financeiras e, conseqüentemente, uma redução do risco de liquidez.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO*(Em milhares de reais - R\$)***login.****INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**■ **BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

	Consolidado					
	31.12.2021	AV-%	31.12.2020	AV-%	AH-%	AH-\$
ATIVOS						
CIRCULANTES						
Caixa e equivalentes de caixa	216.298	9%	101.337	5%	113%	114.961
Aplicações financeiras	390.243	16%	608.334	28%	(36%)	(218.091)
Contas a receber de clientes	214.645	9%	204.941	9%	5%	9.704
Estoques	40.627	2%	22.229	1%	83%	18.398
Tributos a recuperar ou compensar	52.462	2%	49.363	2%	6%	3.099
Fundo da marinha mercante – AFRMM	17.064	1%	15.688	1%	9%	1.376
Sinistros a recuperar	1.734	0%	41.964	2%	(96%)	(40.230)
Outros ativos circulantes	31.624	1%	14.931	1%	112%	16.693
Total dos ativos circulantes	964.697	40%	1.058.787	48%	(9%)	(94.090)
NÃO CIRCULANTES						
Aplicações financeiras	773	0%	3.878	0%	(80%)	(3.105)
Fundo da marinha mercante – AFRMM	16.651	1%	16.030	1%	4%	621
Tributos a recuperar ou compensar	35.651	1%	16.780	1%	112%	18.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos	257.089	11%	238.964	11%	8%	18.125
Depósitos judiciais	21.173	1%	19.881	1%	6%	1.292
Outros ativos não circulantes	1.830	0%	14	0%	12971%	1.816
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	217.020	9%	194.729	9%	11%	22.291
Imobilizado	893.225	37%	633.468	29%	41%	259.757
Intangível	30.355	1%	23.982	1%	27%	6.373
Total dos ativos não circulantes	1.473.767	60%	1.147.726	52%	28%	326.041
TOTAL DOS ATIVOS	2.438.464	100%	2.206.513	100%	11%	231.951

	Consolidado					
	31.12.2021	AV-%	31.12.2020	AV-%	AH-%	AH-\$
PASSIVOS						
CIRCULANTES						
Salários e encargos sociais	35.269	1%	27.511	1%	28%	7.758
Impostos e contribuições a recolher	29.733	1%	28.386	1%	5%	1.347
Fornecedores e provisões operacionais	174.222	7%	185.675	8%	(6%)	(11.453)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	196.884	8%	132.814	6%	48%	64.070
Obrigações com arrendamento mercantil	41.764	2%	40.712	2%	3%	1.052
Dividendos propostos	20	0%	12	0%	67%	8
Outros passivos circulantes	11.716	0%	1.014	0%	1055%	10.702
Total dos passivos circulantes	489.608	20%	416.124	19%	18%	73.484
NÃO CIRCULANTES						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.297.025	53%	1.257.289	57%	3%	39.736
Obrigações com arrendamento mercantil	178.225	7%	153.567	7%	16%	24.658
Provisões para riscos	9.892	0%	14.709	1%	(33%)	(4.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.417	0%	10.851	0%	(22%)	(2.434)
Outros passivos não circulantes	-	0%	10	0%	(100%)	(10)
Total dos passivos não circulantes	1.493.559	61%	1.436.426	65%	4%	57.133
TOTAL DOS PASSIVOS	1.983.167	81%	1.852.550	84%	7%	130.617

PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.314.852	54%	1.312.502	59%	0%	2.350
Reserva de capital	28.959	1%	24.503	1%	18%	4.456
Ações em tesouraria	(50.922)	(2%)	(50.922)	(2%)	0%	-
Prejuízos acumulados	(837.472)	(34%)	(934.963)	(42%)	(10%)	97.491
Reserva de hedge	(1.366)	0%	-	0%	100%	(1.366)
Ajustes acumulados de conversão	1.130	0%	2.689	0%	(58%)	(1.559)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	455.181	19%	353.809	16%	29%	101.372
Participações de acionistas não controladores	116	0%	154	0%	(25%)	(38)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	455.297	19%	353.963	16%	29%	101.334
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.438.464	100%	2.206.513	100%	11%	231.951

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)



ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 11% ou R\$231.951 mil em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 113% ou R\$114.961 mil, passando de R\$101.337 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$216.298 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a 1ª emissão das debêntures da controlada TVV no montante de R\$243.574 parcialmente mitigado pela quitação das 2ª debêntures emitidas pela Controladora no montante de R\$ 103.970.

Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de aplicações financeiras reduziu 36% ou R\$218.091 mil, passando de R\$608.334 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$390.243 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido à aquisição da embarcação Log-In Discovery, de propriedade da controlada Login International GmbH e dos adiantamentos efetuados para aquisição de duas embarcações de propriedade da Controladora.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de estoque aumentou 83% ou R\$18.398 mil, passando de R\$22.229 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$40.627 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento do preço do bunker.

Sinistros a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de sinistros a recuperar reduziu 96% ou R\$40.230 mil, passando de R\$41.964 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.734 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido à quitação do Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com o MPF no valor de R\$19.000 e da quitação parcial de R\$21.768 referente ao acordo substitutivo com IBAMA no valor de R\$22.448, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017.

Outros ativos circulantes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros ativos circulantes aumentou 112% ou R\$16.693 mil, passando de R\$14.931 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$31.624 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido a renovação dos seguros das embarcações indexados ao dólar.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de aplicações financeiras reduziu 80% ou R\$3.105 mil, passando de R\$3.878 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$773 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido à liberação das fianças bancárias com garantia de aplicações financeiras.

Tributos a recuperar ou compensar

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de tributos a recuperar ou compensar aumentou 112% ou R\$18.871 mil, passando de R\$16.780 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$35.651 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento dos créditos decorrentes da ação transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)

**login.**

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 8% ou R\$18.125 mil, passando de R\$238.964 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$257.089 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento da estimativa de compensação dos créditos fiscais pelo período de 10 anos.

Outros ativos não circulantes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros ativos circulantes aumentou 12971% ou R\$1.816 mil, passando de R\$14 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.830 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento do mútuo a receber concedido à Santos Transportes.

Ativos de direito de uso – Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ativos de direito de uso – arrendamento mercantil aumentou 11% ou R\$22.291 mil, passando de R\$194.729 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$217.020 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a renovação de contratos de arrendamentos de imóveis.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de imobilizado aumentou 41% ou R\$259.757 mil, passando de R\$633.468 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$893.225 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à aquisição da embarcação Log-In Discovery de propriedade de empresa controlada Login International GmbH e devido as docagens das embarcações Log-In Jatobá, Log-In Resiliente e Log-In Endurance, além dos adiantamentos efetuados para aquisição de duas embarcações de propriedade da Controladora.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de intangível aumentou 27% ou R\$6.373 mil, passando de R\$23.982 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$30.355 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a aquisições e/ou melhorias dos sistemas operacionais da Companhia.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento do passivo de 11% ou R\$231.951 mil em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de salários e encargos sociais apresentou um aumento de 28% ou R\$7.758 mil, passando de R\$27.511 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$35.269 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido à aprovação do acordo coletivo firmado entre a Companhia e os colaboradores.

Imposto e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de impostos e contribuições a recolher apresentou um aumento de 5% ou R\$1.347 mil, passando de R\$28.386 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$29.733 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido ao aumento dos tributos apurados sobre o lucro tributável do exercício.

Fornecedores e provisões operacionais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores e provisões operacionais apresentou uma redução de 6% ou R\$11.453 mil, passando de R\$185.675 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$174.222 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a reclassificação dos títulos disponibilizados ao banco como *forfait*.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 48% ou R\$64.070 mil, passando de R\$132.814 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$196.884 mil em 31 de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)



dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao efeito cambial sobre os empréstimos indexados ao dólar, além da 1ª emissão das debêntures da controlada TVV.

Outros passivos circulantes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros passivos circulantes aumentou 1055% ou R\$10.702 mil, passando de R\$1.014 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$11.716 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu

principalmente devido ao reconhecimento do adiantamento feito pelo cliente na empresa controlada Login International GmbH.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 3% ou R\$39.736 mil, passando de R\$1.257.289 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.297.025 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao efeito cambial sobre os empréstimos indexados ao dólar, além da 1ª emissão das debêntures da controlada TVV.

Obrigações com arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil aumentou 16% ou R\$24.658 mil, passando de R\$153.567 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$178.225 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a renovação de contratos de arrendamentos de imóveis.

Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisões para riscos reduziu 33% ou R\$4.817 mil, passando de R\$14.709 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$9.892 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido as reversões ocasionadas por decisões favoráveis e acordos realizados nos processos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 22% ou R\$2.434 mil, passando de R\$10.851 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$8.417 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, a utilização dos créditos diferidos de PIS/COFINS sobre armadores estrangeiros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 29%, passando de R\$353.963 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$455.297 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$101.334 mil. Esse aumento ocorreu devido a absorção do resultado do exercício.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO*(Em milhares de reais - R\$)***login.**■ **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO**

	Consolidado					
	31.12.2021	AV-%	31.12.2020	AV-%	AH -%	AH-\$
<i>Operações continuadas</i>						
Receita líquida	1.397.039	100%	1.126.179	100%	24%	270.860
Custo dos serviços prestados	(1.107.114)	(79)	(893.277)	(79%)	24%	(213.837)
LUCRO BRUTO	289.925	21%	232.902	21%	24%	57.023
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	57.270	4%	49.354	4%	16%	7.916
Despesas administrativas e comerciais	(102.259)	(7%)	(101.883)	(9%)	0%	(376)
Recuperação de débitos fiscais (contribuição sociais)	-	0%	269	0%	(100%)	(269)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.603	0%	12.118	1%	(87%)	(10.515)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	246.539	18%	192.760	17%	28%	53.779
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	43.972	3%	21.465	2%	105%	22.507
Despesas financeiras	(152.521)	(11%)	(114.838)	(10%)	33%	(37.683)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(42.129)	(3%)	(120.911)	(11%)	(65%)	78.782
	(150.678)	(11%)	(214.284)	(19%)	(30%)	63.606
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	95.861	7%	(21.524)	(2%)	(545%)	117.385
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente	(18.145)	(1%)	(29.723)	(3%)	(39%)	11.578
Diferido	19.855	1%	64.247	6%	(69%)	(44.392)
	1.710	0%	34.524	3%	(95%)	(32.814)
LUCRO DO EXERCÍCIO	97.571	7%	13.000	1%	651%	84.571

Receita líquida

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida da Companhia aumentou 24% ou R\$270.860 mil, passando de R\$1.126.179 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.397.039 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, principalmente, devido tanto ao aumento de receitas indexadas à moeda estrangeira (*feeder*) quanto na movimentação de contêineres e cargas no TVV.

Custo dos serviços prestados

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 24% ou R\$213.837 mil, passando de R\$893.277 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.107.114 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos custos com blindagem dos marítimos (Covid-19), aumento do preço do bunker, além do gasto adicional incorrido para suportar a movimentação de carga e descarga no TVV.

Lucro bruto

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia aumentou 24% ou R\$57.023 mil, passando de R\$232.902 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para R\$289.925 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Recursos com subvenção - AFRMM aplicados

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, os recursos com subvenção - AFRMM aplicados da Companhia aumentaram 16% ou R\$7.916 mil, passando de R\$49.354 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para R\$57.270 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do volume transportado na cabotagem, uma vez que este tipo de transporte é fato gerador para direito ao AFRMM, além do reconhecimento de aproximadamente de R\$4.000 mil referente a precatórios recebidos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)



Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, as outras receitas (despesas), líquidas da Companhia reduziram 87% ou R\$10.515 mil, passando de um ganho de R\$12.118 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para um ganho de R\$1.603 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento do principal do crédito fiscal da ação transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, parcialmente mitigado pela desistência das partes e peças dos cascos 506, 507 e 508, remanescentes no EISA.

Receitas financeiras

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, as receitas financeiras da Companhia aumentaram 105% ou R\$22.507 mil, passando de um ganho de R\$21.465 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para um ganho de R\$43.972 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido ao reconhecimento da atualização financeira sobre o principal do crédito fiscal obtido da ação transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

Despesas financeiras

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, as despesas financeiras da Companhia aumentaram 33% ou R\$37.683 mil, passando de uma perda de R\$114.838 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, para uma perda de R\$152.521 mil, no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido a 4ª emissão de debêntures e ao efeito cambial sobre os encargos financeiros sobre os empréstimos indexados ao dólar, além dos encargos pela antecipação da quitação total da 2ª emissão de debêntures.

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias, cambiais, líquidas da Companhia apresentaram uma variação de R\$78.782 mil ou uma redução de 65%, representando uma perda de R\$42.129 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, comparada a uma perda de R\$120.911 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da oscilação do Real, que apresentou valorização de 29% (R\$5,1967 em 31/12/2020 versus R\$4,0307 em 31/12/19) em 2020, versus a valorização do Real de 7% (R\$5,5805 em 31/12/2021 versus R\$5,1967 em 31/12/20) no mesmo período de 2021.

Destacamos que o efeito caixa em 2021 foi imaterial, visto que os empréstimos e financiamentos indexados à moeda estrangeira e de longo prazo, geram uma variação cambial não realizada (sem efeito caixa) relevante.

Adicionalmente, adotamos a partir de 01 de março de 2021 o hedge de fluxo de caixa para proteção das receitas atreladas à moeda estrangeira, em contrapartida aos empréstimos para financiamentos das embarcações que são atrelados ao dólar. Em 2021, essa operação apresentou uma perda de R\$ 528 mil devido à desvalorização do Real de 1% (R\$5,5799 em 31/12/2021 versus R\$5,5296 em 28/02/2021).

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R\$117.385 mil ou redução de 545%, representando um ganho de R\$95.861 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, comparado ao prejuízo de R\$21.524 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos acima descritos.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

O imposto de renda corrente da Companhia apresentou uma variação de R\$11.578 mil ou redução de 39%, representando uma despesa de R\$18.145 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, comparado a despesa de R\$29.723 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente devido ao reconhecimento de tributos a recuperar sobre a atualização monetária na empresa controlada TVV.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO*(Em milhares de reais - R\$)***login.****Imposto de renda e contribuição social - Diferido**

O imposto de renda diferido da Companhia apresentou uma variação de R\$44.392 mil ou redução de 69%, representando um crédito de R\$19.855 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, comparado a um crédito de R\$64.247 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente devido ao reconhecimento dos tributos diferidos sobre os impactos do hedge de fluxo de caixa em 2021, assim como da depreciação acelerada das embarcações e a utilização dos créditos diferidos de PIS/COFINS sobre armadores estrangeiros.

Lucro líquido do exercício

No exercício social findos em 31 de dezembro de 2021, o resultado da Companhia aumentou em 651% ou R\$84.571 mil, passando de um lucro de R\$13.000 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020 para um lucro de R\$97.571 mil no exercício social findos em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

- **FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO**

	Consolidado		AH -%	AH- $\text{\$}$
	31.12.2021	31.12.2020		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	416.095	240.522	73%	175.573
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(98.356)	(89.397)	(10%)	(8.959)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(202.779)	(105.102)	93%	(97.677)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114.960	46.023	150%	68.937

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 o aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondia a R\$114.960 mil, comparado a aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$46.023 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito a seguir:

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais apresentou um aumento de R\$175.573 mil ou 73% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se comparado a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$240.522 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$416.095 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função das margens positivas no período referente aos serviços indexados ao dólar.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$8.959 mil ou 10% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se comparado a 31 de dezembro de 2020, passando de uma aplicação de R\$89.397 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para uma aplicação de R\$98.356 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência das aquisições do Log-In Endurance em abr/20 através de financiamento via emissão de debêntures (3ª emissão) e do Log-in Discovery - via recursos próprios (aplicações financeiras) - em mar/21, além dos adiantamentos efetuados para aquisição de duas embarcações de propriedade da Controladora no final de 2021.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma diminuição de R\$97.677 mil ou 93% se comparado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, passando de uma aplicação de R\$105.102 mil em 31 de dezembro de 2020 para uma aplicação de R\$202.779 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao retorno dos pagamentos de juros sobre os financiamentos para construção de embarcações (cascos 504 / 505 e Log-In Jatobá), além dos pagamentos dos títulos classificados como *forfait* (risco sacado) e amortização dos empréstimos bancários para capital de giro via captação decorrente da 4ª emissão de debêntures e da quitação total 2ª emissão de debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções logísticas integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária, possui sete navios próprios em operação em 31 de dezembro de 2021 (seis navios em 31 de dezembro de 2020) assim como opera um terminal portuário e dois terminais intermodais.

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LOGN3.

2. DESTAQUES

A seguir alguns assuntos importantes ocorridos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

▪ 4ª Emissão de debêntures

Em 27 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, valor nominal unitário de R\$10 e total de R\$340.000 na data de emissão, com prazo de vencimento de 06 (seis) anos contados da data de sua emissão.

Em 13 de maio de 2021 a respectiva liquidação foi concluída, através de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão foi no montante de R\$340 milhões, com vencimento em 06 anos e remuneração correspondente à atualização monetária pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa emissão foram destinados, no dia 13 de maio de 2021, ao pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a financiamentos que tinham seus vencimentos programados para 2023, bem como os de sua controlada TVV - Terminal Vila Velha S.A. (“TVV”), alongando o prazo da dívida até 2027.

▪ Fitch eleva rating da Log-In em 2 (dois) notches para ‘A(bra)’

Em 12 de julho de 2021, a *Fitch Ratings* (“Fitch”) elevou o *rating* nacional de longo prazo da Log-In para ‘A(bra)’, apresentando um aumento de 2 (dois) *notches*, tendo sido previamente BBB+(bra), com perspectiva estável.

De acordo com o seu relatório, a elevação do *rating* reflete a resiliência no desempenho operacional da Log-In, acima do esperado pela agência, em meio ao desafiador ambiente de negócios durante a pandemia de coronavírus. Afirmaram ainda que a Companhia tem apresentado geração de caixa operacional superior às expectativas incorporadas ao *rating* e que estes fatores, combinados à melhora de seu perfil financeiro, após o alongamento de importante parcela de sua dívida, fortalece o crédito e posiciona a companhia favoravelmente para o novo ciclo de investimentos.

Adicionalmente, a Fitch destaca que o *rating* também está vinculado à expectativa de que a Log-In continuará adicionando capacidade às suas operações, mantendo uma conservadora estrutura de capital e adequada liquidez, ao longo do horizonte do *rating*.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



▪ Recebimento da Carta de Oferta Pública para Aquisição de Controle e deliberações.

Em 15 de setembro de 2021, a Log-In recebeu uma carta informando que a *SAS Shipping Agencies Services Sàrl*, subsidiária integral da *MSC Mediterranean Shipping Company S.A.* ("MSC"), apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE o pedido de autorização para adquirir, futuramente, até 67% do capital social da Companhia, por meio de uma oferta pública de ações representativas, observados os termos e condições ali descritos.

Em 17 de setembro de 2021, a carta foi recepcionada pela Alaska Investimentos Ltda. ("Alaska"), gestora de veículos de investimentos titulares de ações de emissão da Companhia e detentora de 45,37% das suas ações em circulação, que no mesmo dia, comunicou aceitar as referidas condições da oferta.

Em 20 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, com base na recomendação dos seus assessores externos e considerando ainda a manifestação favorável encaminhada à "Log-In" pela "Alaska" autorizou a Diretoria a:

- (i) cooperar com os pedidos de informação necessários à análise pelo CADE da transação proposta pela *SAS Shipping Agencies Services Sàrl*, conforme descrito na carta encaminhada pela MSC à Companhia ("Carta MSC");
- (ii) prestar aos representantes da MSC esclarecimentos sobre as informações públicas divulgadas pela Companhia, preservando o sigilo, as políticas e práticas da Companhia sobre tratamento de informações relativas aos seus negócios; e
- (iii) prosseguir com a execução do plano de negócios da Log-in em regime ordinário; e, então
- (iv) firmar a Carta MSC, notificando a MSC desse fato e dando ciência ao mercado das decisões tomadas em tal data.

Tanto a carta, quanto a comunicação com a Log-In e Alaska foram divulgadas na CVM e podem ser acessadas no site de Relações com Investidores da Companhia através do canal de [Informações aos Investidores](#).

Em 20 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia se manifestou favorável à aceitação da oferta pública voluntária ("OPA") para aquisição do seu controle, lançada pela *SAS Shipping Agencies Services Sàrl*.

A ata da reunião do Conselho de Administração em referência, contendo a íntegra do respectivo parecer sobre a OPA, encontra-se disponível no sistema IPE, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.loginlogistica.com.br/>).

▪ Fitch Atribui Pela Primeira Vez Rating 'AA-(bra)' a subsidiária TVV - Perspectiva Estável

Em 08 de outubro de 2021, a *Fitch Ratings* ("Fitch") atribuiu, pela primeira vez, rating 'AA- (bra)' à sua controlada TVV - Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV") e à sua proposta de primeira emissão de debêntures, com garantias reais, no montante total de R\$240 milhões e com vencimento final em 2033. Os recursos da proposta de emissão deverão ser destinados aos investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV. A perspectiva do rating é Estável.

De acordo com o relatório da Fitch, os ratings do TVV se apoiam em sua consistente geração de caixa operacional e em suas elevadas margens, provenientes da sólida operação portuária da companhia no Espírito Santo.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



▪ Assinatura do contrato para arrendamento da área nº 5 do porto organizado de Vitória

Em 10 de outubro de 2021, o Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”), controlada da Companhia, assinou o contrato nº 24/2021 SEI 50904.100300/2021-15, pelo êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES.

O projeto em questão compreende a exploração transitória de uma área de 54.086 m² pelo prazo de 180 dias, onde o TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação neste Porto e a ampliação dos serviços ofertados.

▪ Aquisição de Dois Navios Porta-Contêineres

Em dia 13 de outubro de 2021, a Companhia firmou acordo de compra de dois navios porta contêineres. As novas embarcações serão construídas no estaleiro chinês *Zhoushan Changhong International Shipyard Co.* e o valor da transação corresponde a US\$42,6 milhões por embarcação, a serem pagos ao longo dos principais marcos contratuais até as entregas das mesmas, previstas para dezembro de 2023 e maio de 2024.

Cada navio conta com capacidade nominal de 3.158 TEUs (*Twenty-foot Equivalent Unit*), possui comprimento de 199,98m e largura (“boca”) de 35,2m, além de capacidade efetiva projetada em 25% maior do que a capacidade do Log-In Polaris, o navio mais moderno da Companhia; sendo ainda mais eficiente no que se refere ao consumo de combustível, auxiliando com isso na redução de emissão de poluentes por TEU transportado.

A aquisição das novas embarcações representa um grande marco no processo de crescimento sustentável e modernização da frota, em linha com o planejamento estratégico da Companhia.

▪ S&P Eleva Rating da Log-In para ‘brA’; Perspectiva Estável

Em 13 de outubro de 2021, a *Standard & Poor's* (“S&P”) elevou o *rating* nacional de longo prazo da Log-In para ‘brA’, com perspectiva Estável.

De acordo com o relatório da S&P, a Log-In, nos últimos trimestres, foi capaz de fortalecer sua posição competitiva dentro do mercado de navegação costeira de contêineres, ao mesmo tempo que apresentou melhora em suas margens, em função da reestruturação operacional que tem realizado desde 2018. Disse ainda que, em meio à sua trajetória de crescimento, a Log-In tem sido capaz de apresentar melhora de sua geração de caixa, o que combinado ao aumento de capital concluído no final de 2019, fez com que a alavancagem do grupo se reduzisse significativamente. Afirmou que o aumento de capital trouxe colchão de liquidez em meio ao coronavírus e que desde o primeiro trimestre de 2020, a Log-In tem mantido esse colchão confortável de liquidez e que se espera continuar adotando uma gestão prudente de risco.

▪ S&P Atribui Rating ‘brA’ à 1ª Emissão de Debêntures do TVV - Perspectiva Estável

Em 18 de outubro de 2021, a *Standard & Poor's* (“S&P”) atribuiu *rating* de emissor ‘brA’ à sua controlada TVV e à sua primeira emissão de debêntures, no valor de R\$240 milhões, com vencimento final em 2033 e com perspectiva Estável.

De acordo com o relatório da S&P, a perspectiva estável do *rating* de crédito corporativo do TVV reflete expectativa de melhora em sua geração de caixa e eficiência operacional conforme os novos equipamentos entram em operação. A perspectiva reflete também visão de sua importância estratégica para a Log-In.

▪ Lançamento de seu 1º Relatório de Sustentabilidade (GRI)

Em 10 de novembro de 2021, a Companhia divulgou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Os resultados da Companhia foram apresentados no padrão internacional GRI - auditado e assegurado por outros auditores independentes - facilitando a comparabilidade e aumentando a transparência do impacto de nossas ações nos seus diferentes pilares. O relatório completo está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



▪ Liquidação Integral da Primeira Emissão de Debêntures da Controlada TVV - Terminal de Vila Velha S.A

Em 01 de dezembro de 2021, o TVV, sociedade controlada pela Log-In, concluiu a liquidação integral da sua primeira emissão de debêntures (“emissão”).

Tal emissão foi composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, distribuída publicamente com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Debêntures”, respectivamente), no valor de R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais).

Os recursos obtidos serão destinados aos investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV.

▪ Aprovação para aquisição da Tecmar Transportes Ltda.

Em 12 de Dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda visando a aquisição da Tecmar Transportes Ltda. (“Tecmar”). A efetivação desta transação está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo a publicação do trânsito em julgado referente à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Esta transação a ser efetivada em 2022 está alinhada à estratégia de crescimento de longo prazo da Log-In, contribuindo para expansão de seu modelo intermodal, bem como do portfólio de soluções logísticas oferecidas a seus clientes. A aquisição da Tecmar tende a trazer expertise da operação de carga fracionada, além da possibilidade de atuar com uma frota rodoviária própria otimizando custos e a ampliação da rede de clientes e do volume de negócios, incrementando a capilaridade de sua rede de distribuição, com rotas sinérgicas as da Log-In.

O preço base da transação é de aproximadamente R\$ 103 milhões (cento e três milhões), valor que será ajustado com base na dívida líquida, capital de giro e outros ajustes na data de fechamento da transação. Uma parcela correspondente a 27% (vinte e sete por cento) do preço ajustado será paga à Tecmar no fechamento da transação quando concluídas as condições precedentes e o restante em parcelas anuais ao longo de 5 anos.

A Tecmar, fundada em 2001, possui sede em Embu das Artes (SP) e opera através de 38 filiais, sendo 21 franqueadas, 5 sedes próprias e 12 galpões alugados (+120.000 m²); possui 1.026 veículos na frota própria, 1.740 veículos na frota agregada e 1.300 colaboradores diretos. Atua no segmento de transporte rodoviário de cargas e no modal de armazém geral. Possui uma carteira relevante e diversificada de clientes (+2.000 clientes), ampla atuação no Brasil, sendo as regiões Sul, Sudeste e Nordeste as mais relevantes em vendas, além de capilaridade de rotas e expertise na execução de cargas fracionadas, o que, na visão da Companhia, proporcionará sinergias relevantes e a geração de valor aos seus acionistas – informações qualitativas não examinadas pelos nossos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Tecmar apresentou uma receita líquida de R\$467,5 milhões, EBITDA ajustado de R\$9,6 milhões e caixa líquido de R\$3,9 milhões. A empresa movimenta 40.000 toneladas/60.000 entregas por mês – informações quantitativas não examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Log-In realizará a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para aprovar esta operação, conforme o art. 256 da Lei nº 6.404/76 e nos termos do Contrato. Caso o preço de aquisição ultrapasse uma vez e meia o maior dos valores indicados no inciso II do artigo em questão, será assegurado direito de retirada ao acionista da Log-In que dissentir da deliberação da AGE que eventualmente aprovar a Transação, nos termos do art. 137 da Lei nº 6.404/76. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre a efetivação desta transação e dos cumprimentos das demais condições precedentes, nos termos da legislação aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado (consolidado e controladora). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração e os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a controlada Log-In Mercosur, que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de dezembro de 2021. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas, lucros não realizados e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações dos não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações dos não controladores, corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das controladas.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes.

Em 2021, o seu Terminal Portuário (“Terminal de Vila Velha - TVV”) além de fazer parte das soluções logísticas integradas da Companhia, passou a operacionalizar cada vez mais cargas gerais, principalmente relacionadas a novos negócios, posicionando-se cada vez mais como terminal multipropósito. Com esta mudança ocorrida em 2021, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas pelo Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da mesma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 considera essa intermodalidade dos serviços prestados como dois segmentos operacionais, os quais são:

- Soluções Logísticas Integradas; e
- Terminal Portuário.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

Quanto à prática contábil originalmente adotada para o CPC 22 – Informações por Segmento, a Administração da Companhia reavaliou os processos de tomadas de decisões e concluiu, de forma prospectiva, em relação ao período comparativo de 31 de dezembro de 2020, que o TVV, a partir do exercício encerrado de 31 de dezembro de 2021, passou a ser mais descentralizado das soluções logísticas integradas, sendo analisado separadamente deste primeiro segmento, criando, desta forma, um segmento para terminais portuários, com decisões exclusivamente deliberadas para este setor. Considerando essa nova forma de análise das operações da Companhia pelo principal tomador de decisões em 2021, a Administração visando comparabilidade com as informações por segmento providas para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021 está apresentando as mesmas informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.▪ **Informações sobre resultado por segmento****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	31 de dezembro de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
<i>Operações continuadas</i>				
Receita líquida	1.208.237	265.543	(76.741)	1.397.039
Custo dos serviços prestados	(1.024.003)	(159.852)	76.741	(1.107.114)
LUCRO BRUTO	184.234	105.691	-	289.925
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	57.270	-	-	57.270
Despesas administrativas e comerciais	(86.886)	(15.373)	-	(102.259)
Recuperação de indêbitos fiscais	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	2.213	(610)	-	1.603
Resultado de equivalência patrimonial	85.167	-	(85.167)	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	241.998	89.708	(85.167)	246.539
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	43.447	3.655	(3.130)	43.972
Despesas financeiras	(144.863)	(10.788)	3.130	(152.521)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(42.478)	349	-	(42.129)
	(143.894)	(6.784)	-	(150.678)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	98.104	82.924	(85.167)	95.861
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	(5.156)	(12.989)	-	(18.145)
Diferido	6.013	13.842	-	19.855
	857	853	-	1.710
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	98.961	83.777	(85.167)	97.571

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

	31 de dezembro de 2020			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
<i>Operações continuadas</i>				
Receita líquida	982.672	201.431	(57.924)	1.126.179
Custo dos serviços prestados	(823.708)	(127.494)	57.924	(893.277)
LUCRO BRUTO	158.964	73.937	-	232.901
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	49.354	-	-	49.354
Despesas administrativas e comerciais	(100.845)	(1.038)	-	(101.883)
Recuperação de indêbitos fiscais	269	-	-	269
Outras receitas (despesas), líquidas	9.501	2.617	-	12.118
Resultado de equivalência patrimonial	77.648	-	(77.648)	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	194.891	75.516	(77.648)	192.760
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	20.994	3.184	(2.713)	21.465
Despesas financeiras	(112.712)	(4.839)	2.713	(114.838)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(121.267)	356	-	(120.911)
	(212.985)	(1.299)	-	(214.284)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(18.094)	74.217	(77.648)	(21.525)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	(4.997)	(24.726)	-	(29.723)
Diferido	63.380	867	-	64.247
	58.383	(23.859)	-	34.524
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	40.289	50.358	(77.648)	13.000

RECEITA DE FRETES E DE SERVIÇOS

	31 de dezembro de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	1.293.260	-	(72.498)	1.220.762
Receita de serviços	37.660	292.202	(4.243)	325.619
Receita bruta	1.330.920	292.202	(76.741)	1.546.381
Impostos sobre as receitas	(122.683)	(26.659)	-	(149.342)
Receita líquida	1.208.237	265.543	(76.741)	1.397.039

	31 de dezembro de 2020			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	1.058.700	-	(54.860)	1.003.840
Receita de serviços	34.696	218.825	(3.064)	250.457
Receita bruta	1.093.396	218.825	(57.924)	1.254.297
Impostos sobre as receitas	(110.724)	(17.394)	-	(128.118)
Receita líquida	982.672	201.431	(57.924)	1.126.179

NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de dezembro de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(156.556)	(46.990)	-	(203.546)
Material	(16.432)	(4.852)	-	(21.284)
Óleo combustível e gases	(117.236)	(3.798)	-	(121.034)
Afretamento, locações e arrendamento	(253.306)	(19.715)	76.741	(196.280)
Serviços contratados	(415.342)	(85.322)	-	(500.664)
Depreciação e amortização	(108.464)	(14.091)	-	(122.555)
Outros	(43.553)	(457)	-	(44.010)
	(1.110.889)	(175.225)	76.741	(1.209.373)

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

	31 de dezembro de 2020			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(127.371)	(40.015)	-	(167.386)
Material	(17.253)	(3.645)	-	(20.898)
Óleo combustível e gases	(87.066)	(2.344)	-	(89.410)
Afretamento, locações e arrendamento	(180.901)	(11.551)	57.924	(134.526)
Serviços contratados	(369.160)	(66.028)	-	(435.188)
Depreciação e amortização	(94.338)	(12.168)	-	(106.506)
Outros	(48.465)	7.219	-	(41.246)
	(924.554)	(128.532)	57.924	(995.160)

▪ **Informações sobre área geográfica**

ATIVO NÃO CIRCULANTE

	31 de dezembro de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.599.536	273.129	(627.106)	1.245.559
Áustria	227.360	-	-	227.360
Outros países*	848	-	-	848
Ativo não circulante total	1.827.744	273.129	(627.106)	1.473.767

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros, com exceção da Áustria, estão sendo divulgadas em conjunto.

	31 de dezembro de 2020			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.297.508	224.300	(504.107)	1.017.701
Áustria	129.545	-	-	129.545
Outros países	480	-	-	480
Ativo não circulante total	1.427.533	224.300	(504.107)	1.147.726

PASSIVO

	31 de dezembro de 2021		
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Consolidado
Brasil	1.259.753	234.156	1.493.909
Empréstimos, financiamentos e debêntures totais	1.259.753	234.156	1.493.909
Passivo circulante	176.104	20.780	196.884
Passivo não circulante	1.083.649	213.276	1.297.025

	31 de dezembro de 2020		
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Consolidado
Brasil	1.342.251	47.852	1.390.103
Empréstimos, financiamentos e debêntures totais	1.390.103	47.852	1.390.103
Passivo circulante	127.767	5.047	132.814
Passivo não circulante	1.214.484	42.805	1.257.289

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**RECEITA BRUTA E LÍQUIDA**

31 de dezembro de 2021				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	792.295	133.889	(42.584)	883.600
Argentina	299.547	-	(1.143)	298.404
Suíça	63.982	87.278	-	151.260
Áustria	82.710	-	(33.014)	49.696
Dinamarca	13.984	30.370	-	44.354
Alemanha	35.430	7.509	-	42.939
França	15.035	16.175	-	31.210
Israel	10.278	2.694	-	12.972
China	4.781	8.018	-	12.799
Itália	-	4.336	-	4.336
Outros países	12.878	1.933	-	14.811
Receita bruta	1.330.920	292.202	(76.741)	1.546.381
Impostos sobre as receitas	(122.683)	(26.659)	-	(149.342)
Receita líquida	1.208.237	265.543	(76.741)	1.397.039

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros, com exceção da Áustria, estão sendo divulgadas em conjunto.

31 de dezembro de 2020				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	748.285	73.380	(57.244)	764.421
Argentina	227.218	-	(679)	226.538
Suíça	53.307	60.101	-	113.408
França	18.025	39.344	-	57.369
Alemanha	25.860	12.100	-	37.960
Dinamarca	12.248	13.065	-	25.313
China	2.063	12.589	-	14.652
Israel	2.724	4.255	-	6.979
Outros países	3.667	3.991	-	7.657
Receita bruta	1.093.397	218.825	(57.924)	1.254.297
Impostos sobre as receitas	(110.724)	(17.394)	-	(128.118)
Receita líquida	982.673	201.431	(57.924)	1.126.179

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros, com exceção da Áustria, estão sendo divulgadas em conjunto.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (“DFC”)

A Companhia e suas controladas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



3.8 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2021, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações ao IFRS 9 (CPC 48), IAS 39 (CPC 38*), IFRS 7 (CPC40), IFRS 4 (CPC 11) e IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Reforma da Taxa de Juros de Referência (2ª fase);
- IFRS 17 (CPC50) - Contratos de Seguros.

(* Revogado, a partir de 1º de janeiro de 2018, pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e período comparativo.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Alterações à IFRS 3 (CPC 15) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: Alterações à IFRS 1 (CPC 37) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e IAS 41 (CPC 29) – Agricultura;
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis;
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação;
- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2022, de 2023 e de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS

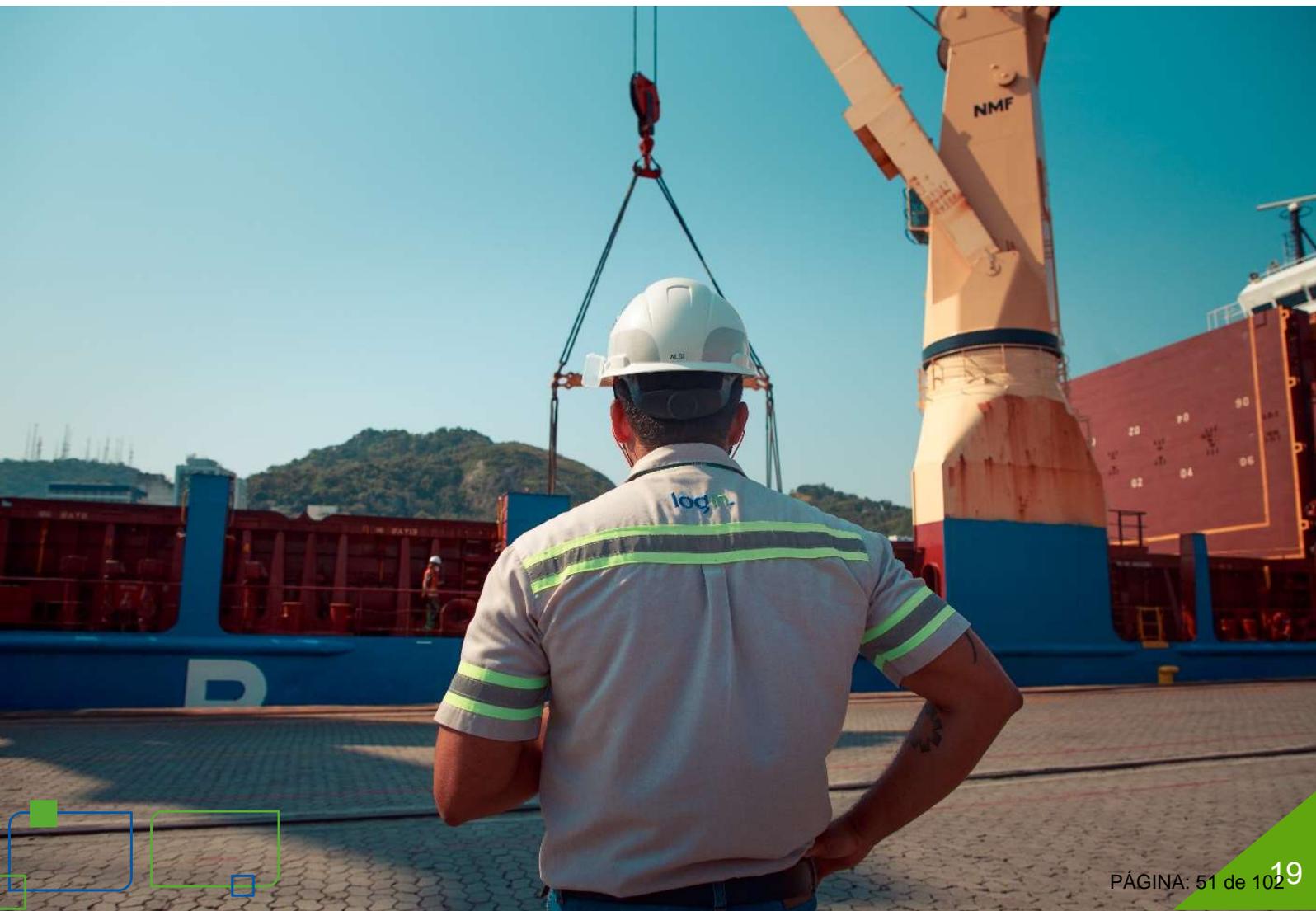
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Mensuração das perdas de crédito esperadas (“PCE”) em contas a receber	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para identificação de indicativos de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados	12
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as transações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de <i>Hedge Accounting</i>	18
Remuneração baseada em ações	20



NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



COVID 19

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de vários países impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Brasileiro estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados os serviços de logística. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas embarcações e terminais, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Companhia obteve sucesso na execução do seu plano definido para o período de pandemia, sendo os principais resultados e ações tomadas pela Administração a seguir descritas para o período findo em 31 de dezembro de 2021:

- a receita líquida acumulada em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$1.394.805 superou em 24% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$1.126.179);
- a variação cambial acumulada em 31 de dezembro de 2021 teve impacto contábil relevante, porém com reduzido efeito caixa. Adicionalmente, adotamos o *hedge accounting* a partir de 01 de março de 2021, conforme nota explicativa nº 18.;
- não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas;
- não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes, principalmente os de grande porte;
- estamos preservando os recursos do “*Follow-on*” realizado em 2019, pois acreditamos que em épocas de crises como na atual pandemia, a disciplina financeira e a consequentemente preservação do caixa são extremamente importantes para a evolução saudável dos negócios, e neste contexto estamos reavaliando o nosso projeto de crescimento em função dos desdobramentos da crise econômica provocada pela pandemia COVID-19;
- não tivemos impactos negativos na cadeia logística até 31 de dezembro de 2021. A capacidade de atendimento foi mantida na navegação, com todos os navios operando normalmente. No rodoviário não perdemos capacidade de atendimento/disponibilidade; e
- durante as operações do mês subsequente findo em 31 de janeiro de 2022 (período não revisado pelos nossos auditores independentes), os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de ativos não circulantes, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de terceiros, além dos seus ativos, bem como preservando sua liquidez visando o compromisso de pagamentos de seus passivos.

NOTAS EXPLICATIVAS*Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma***login.****5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS****▪ Política contábil**

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada através do método de juros efetivos.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

▪ Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	67.934	26.152	5.722	4.939
Aplicações financeiras	148.364	75.185	21.900	60.897
	216.298	101.337	27.622	65.836

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 103,8% do CDI e em debêntures compromissadas vinculadas a CDI, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 79% do CDI. Essas são resgatáveis de maneira imediata e sem perda de valor e assim, no julgamento da administração. Desta forma, atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no CPC 03(R2).

▪ Composição das aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Custo amortizado	773	3.878	-	2.722
Valor justo por meio do resultado	390.243	608.334	370.930	608.334
	391.016	612.212	370.930	611.056
Circulante	390.243	608.334	370.930	608.334
Não circulante	773	3.878	-	2.722

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em CDB, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 103,8% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2020).

Parte substancial dessas aplicações financeiras, no montante de R\$390.243, são oriundas dos recursos da emissão de ações realizada no exercício de 2019 e serão destinadas a expansão estratégica da Companhia. Sendo assim, no julgamento da administração estas não atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no item 7 do CPC 03(R2).

O saldo de aplicações financeiras no "não circulante" refere-se ao colateral dado em garantia na operação de contratação de cartas fianças, junto ao Banco Daycoval, para garantia de processos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES****▪ Política contábil**

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. Ao mensurar a Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam em premissas econômicas e como essas irão afetar potenciais riscos de perda por inadimplência em suas operações.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, sendo uma estimativa da inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. O histórico de perdas de valores a receber de clientes é inferior a 1% da receita anual nos últimos exercícios comparativos.

A Companhia e suas controladas constituíram provisão (PCE) para todas as contas a receber glosadas e valores decorrentes de serviços adicionais (custos extras) vencidos há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contas a receber de clientes	222.383	211.955	165.137	142.973
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.738)	(7.014)	(7.741)	(6.887)
	214.645	204.941	157.396	136.086

“Aging list” do contas a receber de clientes	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Valores a vencer	167.595	166.282	120.333	106.339
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	20.551	17.188	16.481	10.447
De 31 a 90 dias	9.608	6.262	7.438	6.120
De 91 a 180 dias	14.696	11.913	12.401	10.095
De 181 a 360 dias	8.222	6.829	7.597	6.764
Acima de 360 dias	1.711	3.481	887	3.208
	222.383	211.955	165.137	142.973

Movimentação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldos iniciais	(7.014)	(11.393)	(6.887)	(7.905)
Adições	1.628	2.570	1.909	2.456
Baixas (reversões) em contas a receber	(2.352)	1.809	(2.762)	(1.438)
Saldos finais	(7.738)	(7.014)	(7.740)	(6.887)

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****▪ Composição**

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas relacionadas na nota explicativa nº 11.

	Controladora			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Vella S.A. (a)	24.659	66.730	14.075	70.682
Log-In Mercosur (b)	6.189	703	9.463	9.855
Log-In International GmbH. (c)	80.602	12.776	71.027	4.169
Log-In Uruguay (d)	363	1.626	269	808
Log-In Navegação (e)	10.938	6.327	7.140	11.580
Log-In Marítima (f)	10.579	17.262	18.169	13.185
	133.330	105.424	120.143	110.279
Circulante	55.305	68.055	49.115	61.050
Não circulante	78.025	37.369	71.028	49.229

Os saldos ativos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- dividendos a receber junto ao TVV no montante de R\$20.319, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.833 e reembolso de despesas no valor de R\$2.507, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.
- dividendos a receber junto a Log-In Mercosur no montante de R\$1.556, serviço de frete no valor de R\$217, R\$3.079 de serviço de limpeza de contêiner e reembolso de despesas no valor de R\$1.337, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- mútuos concedidos no montante de R\$78.025 correspondente a US\$13.982, com encargos equivalentes a 2% a.a. mais taxa libor, com vencimento em 31 de dezembro de 2026, e reembolso de despesas no valor de R\$2.577, transação essa sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- valores a receber junto a Log-in Uruguay decorrentes de reembolsos de despesas administrativas, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- valores a receber decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas no valor de R\$1.843 e reembolso de despesas no valor de R\$9.095, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- dividendos a receber junto a Log-In Marítima no montante de R\$1.833, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$567, e conta corrente com controlada referente a despesas com embarcação Log-In Polaris no valor de R\$8.179, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.

Os saldos passivos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- mútuos no montante de R\$37.369, com encargos equivalentes a 104% do CDI e valores a pagar no montante de R\$29.361 referente a movimentação de carga e descarga de contêineres, sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.
- serviços de operações portuárias no valor de R\$471 e comissão de vendas no valor de R\$232, sem incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log in.

- d) reembolso de despesas administrativas, sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- e) valores a pagar referente ao afretamento embarcação com a controlada no montante de R\$6.327, sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.
- f) valores a pagar referente ao afretamento embarcação com a controlada, no montante de R\$17.262 sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.

As transações da Companhia com partes relacionadas registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 totalizam os montantes a seguir:

	Controladora			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	-	(16.136)	140	(9.080)
Log-In International GmbH	1.698	(15.913)	1.426	(5.855)
Terminal de Vila Velha S.A - TVV	3	(6.260)	3.896	-
Log-In Mercosur S.R.L	439	(277)	571	(796)
Log-In Uruguay	-	(8)	116	-
Log-In Marítima	-	(19.056)	-	(18.089)
	2.140	(57.650)	6.149	(33.820)

Transações com partes relacionadas – por natureza	Controladora			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	442	(56.218)	4.723	(32.486)
Receitas financeiras	1.698	-	1.426	-
Despesas Financeiras	-	(1.432)	-	(1.334)
	2.140	(57.650)	6.149	(33.820)

O saldo de mútuo com a controlada TVV teve a seguinte movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Captação, líquida IOF	Juros incorridos	Pagamento de mútuos	Saldo em 31/12/2021
Mútuos com controladas	49.229	72.756	1.432	(86.048)	37.369

O saldo de mútuo a receber com a controlada Log-In International GmbH teve a seguinte movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Encargos financeiros e variação cambial	Pagamento de mútuos	Saldo em 31/12/2021
Mútuos com controladas	71.028	6.997	-	78.025

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração e bônus	11.659	18.253	11.659	18.253
Plano de opção de ações	4.456	19.430	4.456	19.430
	16.115	37.683	16.115	37.683

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR****▪ Composição**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto e renda e contribuição social (a)	23.810	321	7.002	194
PIS e COFINS	14.980	21.032	3.814	7.842
PIS e COFINS - Armadores estrangeiros (b)	1.629	37.045	-	-
PIS e COFINS - Exclusão de ICMS da base de cálculo (c)	44.528	-	44.528	-
Contribuição salário educação	-	3.099	-	-
Outros	3.166	4.646	2.116	3.567
	88.113	66.143	57.460	11.603
Circulante	52.462	49.363	21.809	11.603
Não circulante	35.651	16.780	35.651	-

- (a) Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento do recurso extraordinário nº 1063187, com repercussão geral, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a receita correspondente à Selic devida na recuperação de créditos fiscais recolhidos indevidamente pelo contribuinte, fixando a tese de que "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário" (Tema 962, STF). O julgamento de mérito se deu de forma unânime, não havendo pontos relevantes de dúvida sobre a aplicação do precedente e o histórico recente do STF sobre a modulação dos efeitos de decisões em repercussão geral indica que o direito à restituição é garantido aos contribuintes que ingressaram com a ação antes da data do referido julgamento. A Companhia e sua controlada TVV – Terminal de Vila Velha S.A. ingressaram com mandados em período anterior ao julgamento do recurso extraordinário nº 1063187 pelo STF.

Com base nos fatos acima, a Companhia reavaliou a expectativa de desfecho da discussão tributária, concluindo, na forma do ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro / IFRIC 23 ser provável que o tratamento fiscal de exclusão dos valores da Selic devidos na recuperação de créditos tributários de IRPJ e CSLL recolhidos indevidamente sejam aceitos pela fiscalização, garantindo o respectivo reconhecimento contábil na sua controlada TVV no montante total de R\$15.432, sendo R\$11.347 de IRPJ e R\$4.085 CSLL, ambos os créditos referentes a pagamentos de tributos indevidos, em contrapartida do imposto de renda e contribuição social corrente do resultado do período findo em 30 de setembro de 2021.

- (b) Refere-se a valores a recuperar em sua controlada TVV decorrentes de contribuições sociais (PIS e COFINS) sobre serviços prestados para armadores estrangeiros. A Companhia e sua controlada TVV vêm realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange às contribuições sociais PIS/COFINS. Tais tributos a recuperar decorreram de débitos fiscais. A controlada TVV durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 consumiu esses tributos a recuperar no montante de R\$35.416 com suas operações correntes e correspondentes tributos a pagar.
- (c) Refere-se a valores a recuperar decorrentes de contribuições sociais (PIS e COFINS) oriundas da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal, com base no Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 ajuizado pela Log-In em 17 de novembro de 2006. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visavam (i) que lhe fosse assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que fosse reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor dos contribuintes, fixando a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS. Em 13/05/2021, o STF julgou um recurso apresentado pela União no referido processo esclarecendo que é o ICMS destacado na nota fiscal que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS; modulando os efeitos para restringir a decisão apenas às empresas que tiverem ajuizado ações sobre a matéria até o dia 15/03/2017.

No segundo semestre de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ("TRF2") que aplicou o mesmo entendimento fixado pelo STF no Mandado de Segurança da Companhia, garantindo o direito ao crédito tributário e seu respectivo reconhecimento contábil no montante total de R\$44.528, sendo R\$26.883 de principal e R\$17.645 de atualização monetária registrados em contrapartida do resultado em 30 de setembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS*Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma***login.****9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - “AFRMM”****▪ Política contábil**

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufer 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante - FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção para investimentos.

▪ Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Balço patrimonial - Ativos:		
AFRMM a aplicar (parcela liberada)	17.064	15.688
AFRMM a aplicar	16.651	16.030
	33.715	31.718
Circulante	17.064	15.688
Não circulante	16.651	16.030

Segue a movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	31.718	27.914
Adições/receita	57.270	49.354
Transferência para conta corrente	(50.801)	(45.432)
Direitos econômicos do precatório (a)	(4.016)	-
Outros	(456)	(118)
Saldo final	33.715	31.718

NOTAS EXPLICATIVAS*Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma***login.**

- (a) Em março de 2006, a Companhia ajuizou ação por meio da qual questionou judicialmente o indeferimento pelo Departamento da Marinha Mercante (DMM) de pedidos de ressarcimento de AFRMM referentes aos anos de 2004 a 2006. Em junho de 2018, foi proferida decisão favorável à Log-In com o reconhecimento do direito ao ressarcimento do AFRMM referente a estes pedidos com determinação para pagamento dos ressarcimentos direto na conta vinculada da empresa. Ocorre que a União Federal, por meio da Advocacia Geral da União - AGU, ajuizou ação rescisória questionando a decisão favorável à Log-In, sob argumento de que o pagamento deveria se dar pela sistemática de precatórios, pedido acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª região. Nessa ocasião, a União reconheceu como devido o ressarcimento no valor de R\$28.541, permanecendo em discussão o valor de R\$3 milhões. Em maio de 2019, foi expedido o precatório no valor atualizado de R\$29.144, reconhecido como devido pela União Federal. Considerando a previsão de que os precatórios expedidos até dezembro de 2019 somente seriam pagos a partir do segundo semestre de 2020, a Companhia cedeu os direitos econômicos do precatório, recebendo do adquirente dos direitos econômicos o montante de R\$20.984 em maio de 2019, reconhecendo uma perda de R\$8.160 nessa operação naquele exercício.

Em julho de 2021, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinou o pagamento do valor remanescente do AFRMM judicializado, determinando o pagamento imediato de R\$4 milhões.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**▪ Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2021 baseia-se em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse processo de análise técnica e aprovação é efetuado anualmente pela Companhia.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela Administração. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de containers e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)**

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	95.861	(21.524)	83.821	(27.585)
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	(32.593)	7.318	(28.499)	9.379
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	19.472	16.780	19.472	16.780
Resultado de equivalência	-	-	28.957	26.401
Créditos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos	(19.227)	6.226	(20.666)	(13.625)
Efeitos de Arredamento Mercantil - CPC 06(R2)	(455)	(3.420)	(372)	(3.990)
Reconhecimento de Saldo Negativo	-	1.023	-	1.023
Atualização monetária sobre tributos recuperados (STF 962)	22.835		7.404	
Crédito presumido de ICMS	4.344	3.727	3.937	3.727
Outros	7.334	2.870	1.061	841
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.710	34.524	11.294	40.536
Corrente	(18.145)	(29.723)	(1.320)	(427)
Diferido	19.855	64.247	12.614	40.963

Composição tributos diferidos

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	190.010	190.397	175.671	171.074
Diferenças temporárias (a)	67.079	48.567	50.298	41.641
	257.089	238.964	225.969	212.715
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	8.417	10.851	-	-
	8.417	10.851	-	-

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa. Essas quando atingem um nível de créditos fiscais diferidos ativos não realizados com base nas projeções de realização da Administração deixam de ser reconhecidas (e posteriormente são revisadas anualmente para potencial avaliação se tornam-se realizáveis).
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente, a recuperação (outras receitas) de indébitos fiscais tributadas conforme compensação dos respectivos créditos tributários (TVV) e depreciação acelerada de embarcação nas empresas de navegação

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporais ocorridas até 31 de dezembro de 2021, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
	31.12.2021	31.12.2021
2022	16.907	4.895
2023	11.311	6.064
2024	13.286	7.789
2025	22.581	16.973
2026	24.794	22.039
2027-2029	88.445	88.445
2030-2031	79.765	79.764
	257.089	225.969

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) preparados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança são:

- premissas operacionais e econômicas que levaram em consideração uma operação com uma frota de sete embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem, além do pedido de construção de 2 embarcações com previsão de entrega para dez-23 e jun-24 (conforme descrito na nota explicativa nº 02);

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log.in.

- o projeto de modernização do TVV conforme, o qual possibilitará uma otimização operacional no porto de Vila Velha e maior sinergia operacional e comercial com as soluções de logística integradas da Companhia.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico anual aprovado pelos órgãos de governança. Esses são avaliados anualmente para fins de delimitação de valores a serem registrados contabilmente ou mesmo revertidos quando necessário.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	816.671	204.168	776.404	194.101
CSLL	816.671	73.500	776.404	69.876
Total		277.668		263.977

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS**Política contábil**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-In e suas controladas utilizam a mesma data base.

Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações	% de participação
Log-In International GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Cabotagem	43.358.717	99,999 ²
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	166.511.443	99,999 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90

1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

2) 0,001% detidos pelo TVV.

a) Log-In International GmbH (“GmbH”)

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. (“Log-In Mercosur”)

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (“Log-In Uruguay”)

Empresa sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**d) Log-In Navegação Ltda. (“Log-NAV”)**

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (“Log-MAR”)

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”)

Empresa sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral, além da operação de transporte multimodal.

Adicionalmente, no início de 2021 o TVV assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES pelo prazo de 180 dias, onde a subsidiária TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

▪ Movimentação financeira das sociedades controladas

	31.12.2021				31.12.2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Log-In Internacional GmbH	278.638	102.117	176.521	12.436	136.606	87.078	49.528	(562)
Log-In Mercosur S.R.L.	20.764	8.605	12.159	6.568	20.233	12.314	7.919	4.791
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.868	541	2.327	520	1.761	416	1.345	(240)
Log-In Navegação Ltda.	242.816	209.413	33.403	(20.683)	181.715	188.995	(7.280)	11.134
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	199.780	32.078	167.702	3.024	197.400	30.887	166.513	12.503
Terminal de Vila Velha S.A.	510.262	390.546	119.716	83.777	339.249	180.555	158.694	50.358

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras**

	GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-MAR	TVV	Log-NAV	Total
Saldos em 31/12/2019	50.089	5.612	939	40.382	120.297	(48.322)	168.997
Equivalência patrimonial	(561)	4.505	(240)	12.504	50.309	11.134	77.651
Dividendos propostos e distribuição de lucros acumulados	-	(4.344)	-	(11.451)	(12.069)	-	(27.864)
Aumento de capital	-	-	-	125.077	3	22.509	147.589
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de conversão	-	1.673	647	-	-	-	2.320
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	(14.679)	368.693
AFAC a capitalizar	-	-	-	-	-	7.400	7.400
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	(7.279)	376.093
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	(7.279)	376.093
Equivalência patrimonial	12.436	6.173	520	3.023	83.696	(20.681)	85.167
Dividendos propostos e distribuição de lucros acumulados	-	(6.361)	-	(1.833)	(122.756)	-	(130.950)
Aumento de Capital	114.557	-	-	-	-	3.450	118.007
Constituição de Reserva	-	4.349	-	-	-	-	4.349
Reserva de hedge	-	-	-	-	-	(122)	(122)
Outros	-	-	-	-	118	-	118
Ajustes de conversão	-	(177)	462	-	-	-	285
Saldos em 30/12/2021	176.521	11.430	2.328	167.702	119.598	(24.632)	452.947
AFAC a capitalizar(*)	-	-	-	-	-	58.036	58.036
Saldos em 30/12/2021	176.521	11.430	2.328	167.702	119.598	33.404	510.983
Investimentos (ativo)	176.521	11.430	2.328	167.702	119.598	33.404	510.983

(*) AFAC a ser capitalizado em 2022 de forma irrevogável.

12. IMOBILIZADO**Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log.in.

perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

▪ Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Bens em operação:					
Embarcações	5%	749.154	628.968	164.571	164.303
Edificações e Instalações	6%	104.102	96.419	12.985	10.589
Máquinas e equipamentos	7%	80.854	79.912	4.693	3.496
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	88.702	88.472	80.767	80.767
Móveis e utensílios	10%	8.584	8.533	4.451	4.527
Equipamentos de processamento de dados	20%	41.375	39.515	21.099	20.387
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	14.718	14.849	11.015	11.266
Veículos	20%	453	453	96	96
Outros bens	20%	1.147	1.274	748	747
		1.089.089	958.395	300.425	296.178
Imobilizações em curso		254.490	56.949	108.126	43.993
Imobilizado custo		1.343.579	1.015.344	408.551	340.171
Depreciação acumulada		(450.354)	(381.876)	(180.312)	(157.544)
Imobilizado líquido		893.225	633.468	228.239	182.627

▪ Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2019	558.222	93.209	76.098	82.100	60.358	49.956	919.943	332.395
Adições	69.344	-	-	-	17	26.042	95.403	7.779
Transferências	1.401	3.211	3.814	6.372	4.249	(19.047)	-	-
Saldos em 31/12/2020	628.967	96.420	79.912	88.472	64.624	56.951	1.015.346	340.174
Adições	119.577	-	-	-	-	245.519	365.096	102.992
Transferências	611	7.828	3.131	230	2.033	(13.833)	-	-
Baixas	-	(146)	(2.189)	-	(380)	(34.147)	(36.862)	(34.614)
Saldos em 31/12/2021	749.155	104.102	80.854	88.702	66.277	254.490	1.343.580	408.552
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2019	(147.168)	(33.991)	(58.066)	(38.750)	(42.768)	-	(320.743)	(134.030)
Adições	(36.692)	(3.755)	(3.906)	(12.383)	(4.399)	-	(61.135)	(23.517)
Saldos em 31/12/2020	(183.860)	(37.746)	(61.972)	(51.133)	(47.167)	-	(381.878)	(157.547)
Adições	(45.717)	(4.606)	(3.306)	(12.824)	(4.041)	-	(70.494)	(22.766)
Baixas	-	55	1.594	-	368	-	2.017	-
Saldos em 31/12/2021	(229.577)	(42.297)	(63.684)	(63.957)	(50.840)	-	(450.355)	(180.313)
Total	519.578	61.805	17.170	24.745	15.437	254.490	893.225	228.239

As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2021 são:

- R\$70.369 decorrente da construção das duas novas embarcações (CHB2019 e CHB2020);
- R\$69.958 decorrentes de docagens dos navios Log-In Resiliente, Log-In Endurance e Log-In Jatobá; e
- R\$68.093 decorrente do Projeto de Renovação do TVV, com aquisição de novos guindastes e empilhadeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:****Cascos EI 506, EI 507 e EI 508**

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, conseqüentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos líquida do valor da indenização a receber, como segue:

Consolidado e Controladora				
Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236) ^(a)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	584.796	(59.632)	(22.236)	502.928

- (a) Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA Contrato de Construção de Navios sob Encomenda ("Contrato de Construção"), por meio do qual o EISA obrigou-se a "construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)", cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.

Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento contábil de saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a empresa entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Cia. no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização.

A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.

Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial.

Como consequência, em 30 de setembro de 2021 foi efetuada a baixa deste saldo residual dessas imobilizações em curso, tendo como contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

Lajes S.A

Em 2013, a Log-In alienou a totalidade das ações que detinha na empresa Lajes S.A. para a empresa SIPASA S.A. por R\$5 milhões e um bônus, em caso de sucesso na implantação e início da operação do terminal de Lajes de R\$23 milhões.

A Log-In detinha um saldo residual de projetos em andamentos no valor de R\$11.878 referente ao projeto de Lajes S.A. e como o terminal não foi implantado e a Log-In não tem mais expectativa de recebimento do bônus de implantação, em 30 de setembro de 2021 foi efetuada a baixa deste saldo residual dessas imobilizações em curso, tendo como contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais na demonstração do resultado, conforme deliberação em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021.

13. INTANGÍVEL**▪ Política contábil**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Os ativos intangíveis em desenvolvimento (sistemas) são as aplicações dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de sistemas ou aprimoramento substancial, antes do início do seu uso, caracterizado conforme referido no CPC 04 (R1). Após a finalização do projeto e a sua disponibilidade para obter os benefícios gerados pela Companhia, o mesmo é reconhecido no seu montante total como ativo intangível (sistemas) e amortizado a partir desta data.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

▪ **Composição**

	Consolidado	Controladora
	Sistemas	Total
Custo		
Saldos em 31/12/2020	124.437	114.057
Adições	4.720	4.264
Saldos em 31/12/2021	129.157	118.321
Intangível em desenvolvimento	9.063	6.569
Saldos em 31/12/2021	138.220	124.890
Amortização acumulada		
Saldos em 31/12/2020	(100.455)	(93.415)
Adições	(7.410)	(6.443)
Saldos em 31/12/2021	(107.865)	(99.858)
Total	30.355	25.032
Taxa média de amortização	20%	

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de dezembro de 2021 são:

- R\$5.368 relativos a sistemas de suporte administrativo (*Back Office*) e de emissão de documentação fiscal/operacional;
- R\$2.892 referentes às plataformas comerciais e de relacionamento com clientes.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

▪ **Política contábil**

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante não circulante de acordo com os prazos das contraprestações.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

Em 22 de setembro de 2020, a controlada TVV assinou aditivo ao contrato de arrendamento portuário de 1998, prorrogando o prazo de arrendamento dos berços 203 e 204 do Cais de Capuaba do Porto de Vitória por mais 25 anos, até setembro de 2048. Este termo aditivo está qualificado à luz do CPC 06 (R2), logo, mensurado e reconhecido como um ativo de direito de uso e uma obrigação com arrendamento mercantil.

As condições, prazos e limites estabelecidos no contrato estão garantidos por meio de carta de fiança contratada junto ao Banco Daycoval S.A., no limite de R\$3,1 milhões, acrescido de variação do IGPM para o período afiançado. Esse montante está disponível no caixa da controlada TVV, pois o contrato não prevê colateral para essa carta de fiança contratada junto à Instituição Financeira.

▪ **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

▪ **Composição e movimentação dos ativos de direito de uso**

	Consolidado							Controladora
	Equipamento s containers	Imóveis de escritório	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamento s portuários	Embarcações	Total	Total
Custo								
Saldos em 31.12.2020	130.524	7.595	81.400	18.785	4.435	33.876	276.615	158.569
Adições	49.048	14.330	-	978	2.586	-	66.942	64.542
Reclassificação (a)	-	-	(8.303)	-	-	-	(8.303)	-
Saldos em 31.12.2021	179.572	21.925	73.097	19.763	7.021	33.876	335.254	223.111
Amortização acumulada								
Saldos em 31.12.2020	(51.346)	(5.598)	(9.066)	(7.207)	(2.884)	(5.785)	(81.886)	(64.981)
Adições	(29.447)	(3.227)	(2.615)	(3.839)	(3.832)	(1.691)	(44.651)	(37.534)
Reclassificação (a)	-	-	8.303	-	-	-	8.303	-
Saldos em 31.12.2021	(80.793)	(8.825)	(3.378)	(11.046)	(6.716)	(7.476)	(118.234)	(102.515)
	98.779	13.100	69.719	8.717	305	26.400	217.020	120.596
Taxas médias de amortização	23,31%	26,55%	3,57%	20,00%	30,56%	5,00%		

(a) Refere-se a reclassificação da remensuração do contrato de arrendamento do TVV em função da renovação do contrato assinada em 22 de setembro de 2020.

▪ **Composição das obrigações com arrendamento mercantil**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Equipamentos de contêineres	112.182	89.242	112.181	89.242
Imóveis de escritório	12.540	2.318	12.540	2.318
Terminal portuário	76.856	72.325	-	-
Imóvel em terminal portuário	4.970	12.771	10.054	12.771
Equipamentos portuários	346	1.676	-	871
Embarcações (a)	13.095	15.947	-	-
	219.989	194.279	134.775	105.202

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

- (b) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In International GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bairrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 (equivalentes em Euros 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM. O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais “pro rata” pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In International GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de “Sale lease back”, firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bairrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In International GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In International GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

▪ Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.12.2021	31.12.2021
Movimentação		
Saldo em 31.12.2020	194.279	105.202
Adição	66.943	64.541
Juros e variação cambial no exercício	25.884	15.405
Pagamentos no exercício	(67.117)	(50.373)
Saldo em 31.12.2021	219.989	134.775
Circulante	41.764	37.062
Não circulante	178.225	97.713

▪ Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.12.2021	31.12.2021
2022	38.687	33.677
2023	46.273	36.563
2024	15.515	14.779
2025	14.262	13.453
2026 a 2048	105.252	36.303
Saldo em 31.12.2021	219.989	134.775

▪ Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacente de baixo valor	11.521	7.162	6.334	6.660

▪ A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	10,17%
2 anos	12,60%
3 anos	13,62%
4 anos	13,62%
6 anos	15,73%
11 anos	15,73%
12 anos	18,00%
13 anos	15,32%
27 anos	10,00%

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento**

Fluxo de caixa	31.12.2021		31.12.2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	231.824	94.712	250.405	89.089
PIS/COFINS potencial (9,25%)	21.444	8.761	23.162	8.241

Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação

Passivo arrendamento mercantil	31.12.2021	31.12.2020
IFRS 16	94.712	89.089
Nota Explicativa	104.240	93.116
	10,06%	4,52%
Direito de uso líquido	31.12.2021	31.12.2020
IFRS 16	121.806	112.215
Nota Explicativa	134.060	117.287
	10,06%	4,52%
Despesa financeira	31.12.2021	31.12.2020
IFRS 16	7.747	7.109
Nota Explicativa	8.526	7.431
	10,06%	4,52%
Despesa de amortização.	31.12.2021	31.12.2020
IFRS 16	13.513	10.705
Nota Explicativa	14.872	11.189
	10,06%	4,52%

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios, terminais portuários e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de contêineres não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido efetuada em Dólar Americano e os pagamentos deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS**Política contábil**

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Composição**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	114.229	110.421	48.669	68.948
Acordo Substitutivo IBAMA (a)	691	41.448	691	41.448
Provisões operacionais				
Gastos marítimos com transportes granel e containers	31.831	23.268	20.879	20.145
Gastos rodoviários	6.184	4.921	6.184	4.921
Gastos administrativos	6.854	1.505	3.773	1.151
Outros gastos operacionais	14.433	4.112	518	243
	59.302	33.806	31.354	26.460
	174.222	185.675	80.714	136.856
Circulante	174.222	185.675	80.714	136.856
Não circulante	-	-	-	-

(a) O passivo de R\$691 refere-se ao acordo substitutivo com IBAMA (veja nota explicativa nº 27 para mais detalhamento no trimestre) que vem sendo liquidado desde o fechamento do acordo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**Política contábil**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação.

Composição

	Moe- da	Indexa- dor	Taxas e encargos a.a.	Venci- mento	Consolidado		Controladora	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
BND/ES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,3%	Abr 2034	416.927	456.608	355.391	388.069
BND/ES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,3%	Abr 2034	418.908	427.896	346.542	352.804
Capital de giro (b)	R\$	CDI	127,5%	Mai 2023	-	346.259	-	298.407
Debêntures (c)	R\$	IPCA	10,00%	Jun 2029	-	92.415	-	92.415
Custo de emissão (c)	R\$	-	-	Jun 2029	-	(2.860)	-	(2.860)
Debêntures (d)	R\$	CDI	4,25%	Mai 2025	63.427	71.930	63.427	71.930
Custo de emissão (d)	R\$	-	-	Mai 2025	(1.649)	(2.145)	(1.649)	(2.145)
Debêntures (e)	R\$	CDI	4,00%	Mai 2027	346.195	-	346.195	-
Custo de emissão (e)	R\$	-	-	Mai 2027	(4.723)	-	(4.723)	-
Debêntures (f)	R\$	IPCA	6,86%	Nov 2033	243.575	-	-	-
Custo de emissão (f)	R\$	-	-	Nov 2033	(9.419)	-	-	-
Forfait (g)	R\$	R\$	1,00%	Jun 2021	20.668	-	20.668	-
					1.493.909	1.390.103	1.125.851	1.198.620
Circulante					196.884	132.814	160.464	112.690
Não circulante					1.297.025	1.257.289	965.387	1.085.930

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log.in.

- (a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.
- (b) Referem-se, principalmente, aos recursos contraídos perante as instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e JIVE Asset Gestão de Recursos Ltda. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 4 de junho de 2018, essas dívidas foram reestruturadas em 1 de junho de 2018. A reestruturação da dívida ocorreu nos termos dos entendimentos anteriormente firmados com os credores aderentes, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de novembro de 2017. Em 13 de maio de 2021, o montante total da dívida foi liquidado através dos recursos oriundos da 4ª emissão de debêntures, conforme comentário abaixo em letra (e).
- (c) Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$90 milhões, tendo sido subscrito o montante de R\$65 milhões em 25 de junho de 2019 e R\$25 milhões em 5 de agosto de 2019. A emissão teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela do Log-In Polaris e os respectivos custos de importação. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, constituída por 90 (noventa mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas mensais, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, de 10 (dez) anos contados da data de emissão em 21 de junho de 2019.

Em dezembro de 2021, a Log-In antecipou o pagamento integral da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$104 milhões, sendo R\$96,7 milhões referente a principal e juros, e R\$7,2 milhões referente ao prêmio, tendo como principais objetivos reduzir a taxa de juros, alongar o prazo das dívidas e liberar a embarcação Log-In Polaris como garantia.

- (d) Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentos mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020.
- (e) Em maio de 2021, a Log-In realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor total de R\$340 milhões, totalmente subscrito em junho de 2021. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados aos empréstimos para capital de giro da Companhia captados com os bancos Itaú, Brasil, Bradesco e Santander (letra b acima). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, constituída por 34 mil (trinta e quatro mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$10 mil (dez mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive), sempre no dia 05 dos meses fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo a primeira amortização devida em 05 de maio de 2022 e a última amortização devida em 05 de maio de 2027.
- (f) Em dezembro de 2021, o TVV realizou a liquidação da sua 1ª emissão de debêntures, assinada em novembro de 2021 no valor de R\$240 milhões, totalmente subscrito em dezembro de 2021. A emissão teve como finalidade a modernização de equipamentos essenciais às atividades portuárias. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 240 mil (duzentos e quarenta mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 15 de novembro de 2033, ou seja, de 12 (doze) anos contratados da data de emissão em 15 de novembro de 2021.
- (g) Referem-se aos valores contratados em operações de “*Confirming*” ou “*Forfait*” com os Bancos Santander e Itaú, no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros para Companhia, e com isso, esta passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente com os bancos mencionados acima e não mais para os fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Operações de Forfait (Risco Sacado). Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, encargos moratórios de 2,53% ao mês, a ser calculado pro rata die (proporcional ao número de dias) para o Banco Santander e juros remuneratórios capitalizados diariamente, juros moratórios a taxa efetiva de 1% ao mês, capitalizados diariamente “pro rata temporis” e multa não compensatória de 2% calculada sobre o valor total devido para o Banco Itaú.

▪ Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado	Controladora
	31.12.2021	31.12.2021
2023	180.833	146.187
2024	180.833	146.187
2025	172.189	137.544
2026	163.465	128.820
2027 a 2034	599.705	406.649
	1.297.025	965.387

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Movimentação**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1.390.103	1.256.593	1.198.620	1.077.670
Emissão de debêntures	586.906	73.259	343.331	73.259
Custos na emissão de debêntures	(12.332)	(1.809)	(2.780)	(1.809)
Operações de <i>Forfait</i>	20.668	-	20.668	-
Variação cambial	25.247	95.803	23.565	78.637
Variação cambial - constituição de reserva de <i>hedge</i>	528	-	493	-
Juros e encargos Empréstimos e financiamentos	57.575	65.377	50.462	56.586
Juros e encargos pagos Empréstimos e financiamentos	(56.863)	(33.408)	(49.626)	(31.330)
Amortização principal Empréstimos e financiamentos	(424.536)	(68.160)	(361.789)	(56.841)
Juros e encargos debêntures	52.930	15.877	49.223	15.877
Amortização principal debêntures	(110.388)	(2.757)	(110.388)	(2.757)
Juros e encargos pagos debêntures	(35.928)	(10.672)	(35.928)	(10.672)
Saldo final	1.493.910	1.390.103	1.125.851	1.198.620

Garantias**BNDES/FMM**

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes; e
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Debêntures - 3ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Endurance; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 4ª Emissão

- 49,85% das ações do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes.

Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de covenants que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter determinados índices, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro})}{\text{Serviço da Dívida do Exercício}}$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Debêntures - 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- EBITDA/Despesa Financeira não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não superior a 4,7. O Patrimônio Líquido representa os valores que os acionistas detêm na empresa relativos ao último período apurado;
- Os índices são calculados ao final de cada trimestre, desde junho de 2020.

Debêntures - 4ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- EBITDA/Resultado Financeiro Caixa não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- Dívida Líquida/EBITDA Ex TVV: No exercício de 2021, não superior a 4,5 com base nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e demonstrações financeiras de 2021. No exercício de 2022, não superior a 4,0 com base nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e informações trimestrais de 2022 e a partir de 2023, não superior a 3,5x, com base nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior e informações trimestrais subsequentes. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- EBITDA/Resultado Financeiro Caixa Ex TVV não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil".

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do Resultado Financeiro Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- ICSD não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: $ICSD = \text{Geração de Caixa da Atividade} / \text{Serviço da Dívida}$. A Geração de Caixa da Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES****Política contábil**

Uma provisão é reconhecida no momento em que uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2020	14.313	343	53	14.709	3.970
Adições	-	181	-	181	823
Reversões	193	-	219	412	-
Correção Monetária	(236)	(91)	(11)	(338)	256
Pagamentos	(4.633)	(433)	(6)	(5.072)	(1.695)
Total	9.637	-	255	9.892	3.354

- Trabalhistas: reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. (“Vale”) um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Log-In não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas em 31 de dezembro não apresentam perdas efetivas a Companhia.

- **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas e previdenciários	141.887	132.310	51.838	39.516
Tributárias	113.102	127.258	76.803	84.643
Cíveis	37.076	42.879	32.914	38.812
	292.065	302.447	161.555	162.971

- **Trabalhistas e previdenciárias:**

A empresa é parte em reclamações movidas por empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: Hora extra, danos morais, verbas rescisórias, diferenças salariais e adicionais.

As demandas previdenciárias envolvem a cobrança de contribuição previdenciária pela Receita Federal Brasileira sobre rubricas consideradas de natureza salarial, contribuição patronal e diferenças de alíquota do RAT.

- **Tributárias:** demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de determinados tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações.

Dentre as demandas tributárias classificadas como possíveis, destacam-se as seguintes:

ICMS: Em 27/04/2015, a Companhia recebeu auto de infração lavrado pelo Estado de SP para cobrança de ICMS e glosa de créditos fiscais. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração temos Mandado de Citação da Execução Fiscal nº 1528649-97.2019.8.26.0562 movida pela Procuradoria do Estado de São Paulo para cobrar o crédito tributário constituído por meio do auto de infração nº 4.057.712 emitido em dezembro de 2019. Atualmente, aguarda-se o início da fase probatória. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 8.019 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.003 em 31 de dezembro de 2020).

Em 22/05/2012, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado pelo Estado de São Paulo que tem por escopo a cobrança de ICMS incidente sobre autosserviço e glosa do crédito presumido de 20% de que trata o Convênio ICMS nº 106, por ausência de registro da opção no livro de ocorrências (RUDFTO); aplicação de multa por ausência de entrega de arquivo em meio magnético adequado; e aplicação de multa por irregularidade na escrituração fiscal (período da autuação 04/2008 a 12/2009). Em sede de primeira instância a autuação foi mantida pela fiscalização. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pela Companhia em sede de segunda instância. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 11.599 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Em 23/03/2012, a empresa tomou ciência de Auto de Infração lavrado pelo Estado de Pernambuco que tem por objeto a cobrança de ICMS relativo aos períodos de 06/2011 a 12/2011. Em 20/05/2012, a empresa apresentou a sua impugnação, comprovando o recolhimento do tributo, apesar de ter ocorrido erro no preenchimento de obrigação acessória. Em julgamento de primeira instância publicado em 12/06/2014, a autuação foi parcialmente mantida pelos julgadores. Em 27/06/2014, a empresa protocolou recurso requerendo o cancelamento da autuação. Em 11/11/2015, foi proferida a decisão que anulou o julgamento de 1ª instância e o processo foi remetido para a realização de diligências, tendo a Companhia apresentado sua manifestação sobre o parecer final em 23/12/2015, complementada em nova manifestação protocolada em 18/05/2016. Aguarda-se novo julgamento da Impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 12.417 em dezembro de 2021 (R\$ 12.100 em dezembro de 2020).

A Companhia também é parte em autuação envolvendo a cobrança de ICMS, devido à glosa de créditos ocorrida em função do preenchimento equivocado de obrigações acessórias no valor de R\$ 2.379 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2020). O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível.

Importação de Partes e Peças com os benefícios do REB: Em 23/09/2013, a empresa tomou ciência do Auto de Infração que tem por escopo a alegação de que a empresa não teria preenchido os requisitos necessários para a fruição da isenção dos impostos federais e alíquota zero das contribuições incidentes na importação de partes e peças. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração temos a determinação pelo CARF do retorno dos autos para a DRJ/SPO para que seja proferido novo julgamento de 1ª instância (21/03/2019). O risco do processo é avaliado pelos nossos advogados externos como possível, no montante de R\$ 12.829 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.250 em 31 de dezembro de 2020).

Compensações fiscais: Em 14 de setembro de 2012, a Companhia tomou ciência do despacho decisório que não homologou declarações de compensação apresentadas. Em 11/10/2012, a Companhia apresentou a sua Manifestação de Inconformidade em face de despacho decisório que indeferiu a compensação formalizada por meio do PER/DCOMP's 21798.25955. 310108.1.3.02-2470, referente a créditos de saldo negativo de IRPJ, relativos ao ano calendário de 2006. Em 19/11/2019, a Companhia tomou ciência do acórdão que deu parcial provimento à manifestação de inconformidade da empresa e determinou a devolução do processo para a unidade de fiscalização de origem para que esta prossiga com a reanálise do direito creditório da empresa. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 11.646 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.432 em 31 de dezembro de 2020).

Em novembro de 2019, a Companhia recebeu despacho decisório lavrado pela RFB para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, devido à não homologação de declarações de compensação em função do erro no preenchimento de obrigações acessórias. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 2.887 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2020).

Em novembro de 2019, a Companhia recebeu despacho decisório lavrado pela RFB para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, devido à não homologação de declarações de compensação em função do erro no preenchimento de obrigações acessórias. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 2.887 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2020).

IN 800/2007: A Companhia possui 34 processos envolvendo a cobrança de multa aduaneira referente ao suposto descumprimento dos prazos para prestação de informações no SISCOMEXSISCARGA, conforme previsto na IN nº 800/2007. O risco desses processos é avaliado como possível, no montante atualizado de R\$ 700 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 650 em 31 de dezembro de 2020).

PIS/COFINS: Em 21/08/2020, a Companhia foi intimada de auto de infração lavrado pela RFB para cobrança de PIS/COFINS sobre indenização securitária. Em 2021, a referida autuação foi julgada improcedente pela RFB. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso da RFB. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 6.349 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.740 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Em 27 de janeiro de 2017, a empresa tomou ciência de Auto de infração lavrado para exigência de PIS E COFINS sobre a receita de serviços prestados para armadores estrangeiros. Em 23 de fevereiro de 2017, a empresa apresentou impugnação em face da referida decisão. Desde então, a empresa aguarda o julgamento da impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 5.216 em dezembro de 2021 e R\$ 5.000 em dezembro de 2020.

Em novembro de 2019, a Companhia foi intimada de auto de infração para cobrança da contribuição sobre receitas de serviços prestados para armadores estrangeiros. No momento, a Companhia aguarda o julgamento de sua defesa administrativa. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 4.863 em dezembro de 2021 (R\$ 4.500 em dezembro de 2020).

Em novembro de 2019, a Companhia recebeu auto de infração lavrado pela RFB para cobrança de multa isolada, devido à suposta prestação de informações inexatas, incompletas ou omitidas Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), exigida nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779/99, ensejando na aplicação de multa, conforme relatório fiscal em anexo. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$ 4.272 em dezembro de 2021 (R\$ 3.955 em dezembro de 2020).

Demais processos: A Companhia é parte em outras 26 demandas tributárias de risco avaliadas como possíveis pelos assessores externos, cujo valor individual montam de R\$ 200 a R\$ 1.600, totalizando em conjunto o montante atualizado aproximado de R\$ 15. em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 18.724 em 31 de dezembro de 2020).

- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga.

Dentre as referidas demandas cíveis, destacam-se as seguintes:

Demanda indenizatória: Em novembro de 2017, um fornecedor de serviços de manutenção de embarcações ajuizou uma ação de cobrança com pedido de condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor atualizado de R\$ 6.318 sob o argumento de que a Companhia teria inadimplido determinada quantidade de parcelas. Em decisão proferida em 15/02/2021, o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra/ES julgou a ação parcialmente procedente para indeferir totalmente o pedido de indenização por danos morais e deferir parcialmente o pedido de indenização por danos materiais, condenando a Companhia ao pagamento de R\$ 290. A Companhia opôs embargos de declaração contra a referida decisão, os quais, em 31/12/2021, aguardam o julgamento.

LOG STAR: Em junho de 2018, o administrador judicial da Massa Falida da Log Star ajuizou ação em face da Companhia e da TBS Comercial Group com o objetivo de ver declarada a responsabilidade solidária da Companhia e da TBS Comercial Group Ltda. em relação às dívidas da Log Star, constantes de sua autofalência, e, subsidiariamente, a extensão dos efeitos da falência. A Companhia protocolou a contestação em 28/09/2018 e o processo aguarda a citação da outra empresa ré. O prognóstico do caso é possível e o valor atualizado é de R\$ 25.445 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 26.615 em 31 de dezembro de 2020).

- **Processo ativo transitado em julgado - ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS**

A Companhia ajuizou em 17 de novembro de 2006 ação - Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 - contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visam (i) que lhe seja assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que seja reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

NOTAS EXPLICATIVAS*Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma***login.**

Em relação a essa matéria, em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor dos contribuintes, fixando a tese de que O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2017, o STF julgou um recurso apresentado pela União no referido processo esclarecendo que é o ICMS destacado na nota fiscal que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e modulando os efeitos para restringir a decisão apenas às empresas que tiverem ajuizado ações sobre a matéria até o dia 15 de março de 2017.

No segundo semestre de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ("TRF2") que aplicou o mesmo entendimento fixado pelo STF no Mandado de Segurança da Companhia, garantindo o direito ao crédito tributário e seu respectivo reconhecimento contábil no montante total de R\$44.528, registrado como impostos a recuperar conforme nota explicativa nº8.

Em 02 de fevereiro de 2022, a Receita Federal do Brasil proferiu despacho habilitando o crédito da Companhia no valor de R\$44.528, portanto, a Log-In já está autorizada compensar os referidos créditos com débitos de tributos federais.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**▪ Política contábil**

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

▪ Capital social

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações e respectivo percentual		Quantidade de ações e respectivo percentual	
	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	48.018.499	45,37	43.459.552	41,20
Perea Capital	10.813.300	10,22	-	-
Itaú Unibanco S.A.	5.300.000	5,01	9.454.605	8,96
Outros Investidores	40.490.581	38,26	51.356.262	48,68
Ações em circulação	104.622.380		104.270.419	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,15	1.218.772	1,16
	105.841.152	100,00	105.489.191	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log.in.

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias (“ON”), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$1.338.745 (R\$1.336.395 em 31 de dezembro de 2020); R\$1.314.852 (R\$1.312.505 em 31 de dezembro de 2020), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

▪ Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de dezembro de 2021 era de R\$26.812 (R\$19.720 em 31 de dezembro de 2020).

▪ Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa

A Log-in e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) - com data de designação de 01 de março de 2021 - para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte-americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação será reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades contabilizadas no resultado do exercício no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real Brasileiro. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao principal dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte-americanos for realizada, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes será reciclado com efeitos na demonstração do resultado na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Os efeitos contábeis decorrentes desta adoção a partir de 01 de março de 2021 estão relacionados a seguir:

	Consolidado						
	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Instrumento do <i>hedge</i>	Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	201.177	(493)	(1.392)	641	(1.244)
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	34.897	(35)	(150)	63	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2021			236.074	(528)	(1.542)	704	(1.366)

(*) Valores convertidos pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2021 de R\$5,5805.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**19. RESULTADO POR AÇÃO**

	2021	2020
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	97.490	12.951
Quantidade de ações - em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	104.483	103.846
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	885	1.971
Resultado básico por ação - R\$	0,93	0,12
Resultado diluído por ação - R\$	0,93	0,12

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 20).

20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES**▪ Política contábil**

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

1º Programa - 2019	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
1º Programa (tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
1º Programa (tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
1º Programa (tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
1º Programa (tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
1º Programa (tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
1º Programa (tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
			2.190.000
2º Programa - 2020	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
2º Programa (tipo a.1)	10,07	3,54	192.874
2º Programa (tipo a.2)	10,07	4,41	192.874
2º Programa (tipo a.3)	10,07	5,18	192.871
2º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	162.127
			1.065.000

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

3º Programa - 2021	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
3º Programa (tipo a.1)	9,17	3,54	201.326
3º Programa (tipo a.2)	9,17	4,41	201.326
3º Programa (tipo a.3)	9,17	5,18	201.329
3º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	100.673
3º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	100.673
3º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	100.673
			906.000

Planos de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, estabelece as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In aos seus administradores e funcionários.

O Plano prevê a criação de programas de forma periódica, que deverão identificar os beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito destes programas dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

A Companhia possui dois Programas vigentes.

O 1º Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25/04/2019. A antecipação do exercício do 1º programa ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O 2º Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/03/2020, e extinguir-se-á em 31 de maio de 2023.

O 3º Programa aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/07/2021, prevê a outorga de 906.000 (novecentas e seis mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia, remanescentes do 2º Programa, no qual havia sido outorgado o total de 1.971.000 opções de compra de ações. O 3º Programa extinguir-se-á em 31 de maio de 2024.

Principais características do Plano

Quantidade de ações	<ul style="list-style-type: none"> 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia ou 4,03% do total de ações, o que for maior.
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo “A” 40% restante serão opções de compra do tipo “B”
Carência	<ul style="list-style-type: none"> As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos: <ul style="list-style-type: none"> (i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Primeira Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções (“Primeiro Período de Carência”); (ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Segunda Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções (“Segundo Período de Carência”); (iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Terceira Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções (“Terceiro Período de Carência”);
Exercício das opções	<ul style="list-style-type: none"> Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência; Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência. <p>Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.</p>
Preço de exercício	<ul style="list-style-type: none"> Opções do tipo “A”, preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado. Opções do tipo “B”, preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**Movimentação das opções outorgadas**

Quantidade de ações em milhares	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1.971	1.290
Opções outorgadas	-	1.971
Opções exercidas	(1.065)	(1.290)
Opções canceladas	(21)	-
Saldo final	855	1.971

Em 31 de dezembro de 2021, o percentual de opções outorgadas e ainda não exercidas ou canceladas referentes aos programas de opção de compra de ações era de 0,85% com relação ao total de ações emitidas pela Companhia (1,87% em 31 de dezembro de 2020).

Despesas no exercício com plano de opção de compra de ações

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Plano de opção de ações	4.456	19.430

21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**Política contábil**

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação.

Contribuição pagas no exercício com plano de aposentadoria

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contribuições pagas pela Companhia	2.272	2.237	1.674	1.614

22. RECEITA LÍQUIDA**Política contábil**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

A Companhia reconhece receita como segue:

- Soluções Logísticas Integradas:
 - Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e também no Mercosul, serviços *Shuttle* que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, além de operação de transporte de veículos em navios “Roll On Roll Off”; e
 - Terminais intermodais (Itajaí e Guarujá): serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atuam como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade.
- Terminal Portuário:
 - TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.

▪ **Composição**

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receita de fretes	1.220.762	1.003.840	863.909	775.247
Mercado interno	715.597	659.295	687.983	642.790
Mercado externo	505.165	344.545	175.926	132.457
Receita de serviços	325.619	250.457	37.660	34.696
Mercado interno	168.003	105.126	37.214	34.130
Mercado externo	157.616	145.331	446	566
Receita bruta	1.546.381	1.254.297	901.569	809.943
Impostos sobre as receitas	(149.342)	(128.118)	(110.481)	(102.562)
Receita líquida	1.397.039	1.126.179	791.088	707.381

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****▪ Composição**

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal, encargos e benefícios	(203.546)	(167.386)	(111.443)	(90.019)
Material	(21.284)	(20.898)	(7.407)	(9.624)
Óleo combustível e gases	(121.034)	(89.410)	(94.545)	(85.128)
Afretamento, locações e arrendamento	(196.280)	(134.526)	(58.041)	(61.436)
Serviços contratados	(500.664)	(435.188)	(362.691)	(335.481)
Depreciação e amortização	(122.555)	(106.506)	(66.743)	(63.003)
Outros	(44.010)	(41.246)	(22.578)	(39.094)
	(1.209.373)	(995.160)	(723.448)	(683.785)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(1.107.114)	(893.277)	(661.807)	(599.720)
Despesas administrativas e comerciais	(102.259)	(101.883)	(61.641)	(84.065)
	(1.209.373)	(995.160)	(723.448)	(683.785)

24. RESULTADO FINANCEIRO**▪ Composição**

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	23.460	17.676	21.359	17.473
Atualização crédito de PIS/COFINS excluído da base ICMS	17.895	-	17.895	-
Juros sobre mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	1.698	1.427
Outras	2.617	3.789	1.493	1.997
	43.972	21.465	42.445	20.897
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(57.575)	(67.842)	(50.462)	(59.046)
Encargos debêntures	(60.162)	(15.877)	(56.455)	(15.877)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(18.333)	(12.477)	(11.872)	(6.951)
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	338	2.949	(256)	(343)
Juros e comissões	(4.499)	(10.801)	(3.661)	(9.939)
Outros	(12.290)	(10.790)	(6.288)	(7.188)
	(152.521)	(114.838)	(128.994)	(99.344)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	70.766	79.328	45.381	45.949
Variações monetárias e cambiais passivas	(112.895)	(200.239)	(84.676)	(153.790)
	(42.129)	(120.911)	(39.295)	(107.841)
	(150.678)	(214.284)	(125.844)	(186.288)

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos de derivativos em aberto.

▪ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	216.298	216.298	101.337	101.337
Aplicações financeiras	773	773	3.878	3.878
Contas a receber de clientes	214.645	214.645	204.941	204.941
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	390.243	390.243	608.334	608.334
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	114.229	114.229	110.421	110.412
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.493.909	1.493.909	1.390.103	1.390.103
Obrigações com arrendamento mercantil	219.989	219.989	194.279	194.279

	Controladora			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	27.622	27.622	65.836	65.836
Aplicações financeiras	-	-	2.722	2.722
Contas a receber de clientes	157.396	157.396	136.086	136.086
Valores a receber de partes relacionadas	133.330	133.330	120.143	120.143
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	370.930	370.930	608.334	608.334
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	48.669	48.669	68.948	68.948
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.125.851	1.125.851	1.198.620	1.198.620
Obrigações com arrendamento mercantil	134.775	134.775	110.279	110.279
Valores a pagar a partes relacionadas	105.424	105.424	105.202	105.202

▪ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

▪ Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

▪ Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, índices cambiais, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos em 31 de dezembro de 2021 quando comparado a 31 de dezembro de 2020, exceto pela implementação do *hedge accounting* de fluxo de caixa descrito na nota explicativa 18 (maiores detalhes para referência), cuja estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o seu resultado do período e sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana.

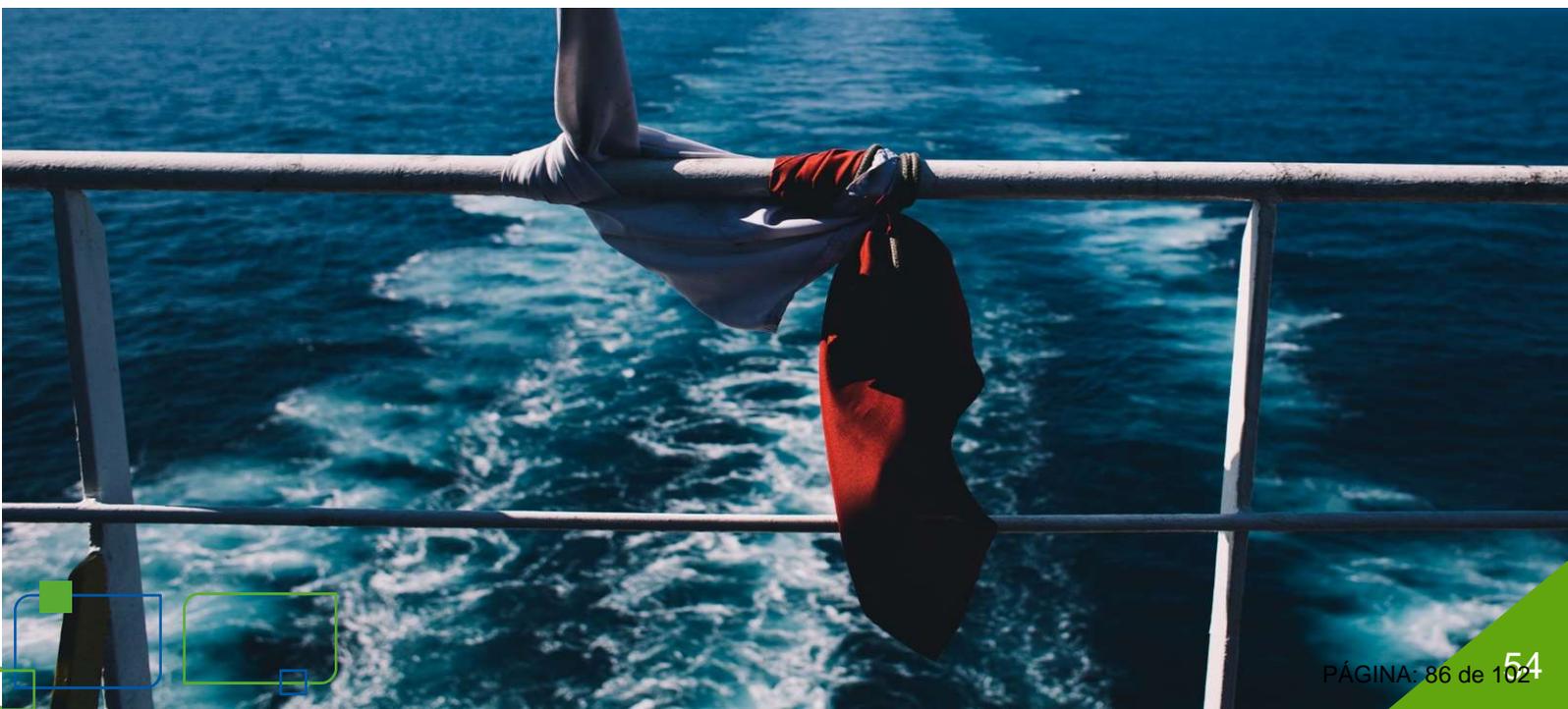
Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar) em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$418.615 (R\$427.896, em 31 de dezembro de 2020), corresponde a 30,73% (30,78% em 31 de dezembro de 2020) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar podem ser relevante no vencimento do endividamento financeiro no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, a Companhia designou a partir de 01 de março de 2021, a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real Brasileiro.



NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas mensurados e classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado (“reciclagem”) no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo				
CDI	393.667	612.212	373.581	611.056
Passivo				
TJLP	416.928	456.608	355.390	394.666
CDI	403.250	416.044	403.250	368.192

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias de minimização de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$475.089 e R\$304.577 na controladora (em 31 de dezembro de 2020, R\$642.663 e R\$576.184, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$455.297 no consolidado e de R\$455.181 na controladora (em 31 de dezembro de 2020, R\$353.963 e R\$353.809, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está adimplente com todas as suas obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	114.226	94.022	12.629	7.575	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.473.241	9.536	31.119	135.561	703.864	593.161
	1.587.467	103.558	43.748	143.136	703.864	593.161

	Controladora					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 no a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	48.669	31.265	10.551	6.853	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.105.183	7.926	27.510	104.360	564.077	401.310
Partes relacionadas	105.424	45.232	22.823	-	37.369	-
	1.259.276	84.423	60.884	111.213	601.446	401.310

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**(d) Risco de gerenciamento de capital**

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias (nota explicativa nº 18) e a emissão de duas novas séries de debêntures em 2021 (nota explicativa nº 16), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Dívida bruta	1.493.909	1.390.103
Caixa e equivalentes de caixa	(216.298)	(101.337)
Aplicações financeiras	(391.016)	(612.212)
Dívida líquida	886.595	676.554
Patrimônio líquido Controladora	455.181	353.809
Relação dívida líquida/capital	1,9	1,9

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**(e) Risco de crédito**

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

▪ **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado corresponde ao seu valor justo.

▪ **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7**

A Empresa apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado conforme descrito a seguir: Dólar 5,50 (relatório Focus de 25 de fevereiro de 2022), TJLP 6,08% a.a. (BNDES) e CDI 11,81% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Consolidado			
	Risco	US\$	31.12.2021	Cenário Provável
				Base
Contas a receber de clientes	USD	9.926	55.390	(799)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(75.066)	(418.908)	6.043
Instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	USD	(9.703)	(54.146)	781
Fornecedores	USD	(22.449)	(125.276)	1.807
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	42.308	236.074	(3.380)
Exposição líquida		(54.984)	(306.866)	4.452
Patrimônio líquido (reserva de <i>hedge</i>)				3.380
Resultado do exercício				1.072
	PTAX		5,58	5,50
Risco de taxa de juros	Risco	31.12.2021		Cenário Provável
				Base
Aplicações financeiras	CDI	391.016		10.401
Outros ativos (Mútuos concedidos)	CDI	2.651		71
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP	(416.928)		(3.169)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(403.250)		(10.726)
	TJLP	5,32%		6,08%
	CDI	9,15%		11,81%

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.**26. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****Transações não envolvendo caixa**

Atividades de investimento	Consolidado		Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Arrendamento mercantil	66.942	130.888	64.542	55.023
Dividendos propostos de controladas compensados com passivos de partes relacionadas	-	-	-	23.519
Adições ao imobilizado em curso	36.840	3.083	7.828	1.476
	103.782	133.971	72.370	80.018

Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

	Consolidado				
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.312.502	-	194.279	1.390.103	2.896.884
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	2.350	-	-	-	2.350
Mútuos concedidos	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Recebimento de mútuos concedidos	-	377	-	-	377
Emissão de debêntures	-	-	-	586.906	586.906
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	(80.725)	(80.725)
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(14.855)	(14.855)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(534.924)	(534.924)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(92.791)	(92.791)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(67.117)	-	(67.117)
Alterações que não afetam caixa					
Mútuos concedidos	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	101.393	101.393
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(28)	25.884	138.274	164.130
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	66.943	-	66.943
Alterações que não afetam resultado					
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	528	528
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.314.852	(2.651)	219.989	1.493.909	3.026.099

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados conforme descrito na nota explicativa nº 16

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log.in.

	Controladora					Total
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuo com controladas	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.312.502	-	105.202	1.198.620	49.229	2.665.553
Alterações que afetam caixa						
Aumento de capital por subscrição de ações	2.350	-	-	-	-	2.350
Mútuos concedidos	-	(2.000)	-	-	-	(2.000)
Recebimento de mútuos concedidos	-	377	-	-	-	377
Emissão de debêntures	-	-	-	343.331	-	343.331
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	(80.725)	-	(80.725)
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(5.304)	-	(5.304)
Captação de mútuos com controladas	-	-	-	-	72.756	72.756
Pagamento de mútuos com controladas	-	-	-	-	(86.048)	(86.048)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(472.177)	-	(472.177)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(85.554)	-	(85.554)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(50.373)	-	-	(50.373)
Alterações que não afetam caixa						
Mútuos concedidos	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	101.393	-	101.393
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(28)	15.405	125.774	1.432	142.583
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	64.541	-	-	64.541
Alterações que não afetam resultado						
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	493	-	493
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.314.852	(2.651)	134.775	1.125.851	37.369	2.610.196

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados conforme descrito na nota explicativa nº16.

▪ Mútuo concedido Santos Transportes

Em fevereiro de 2021, a Log-In (“Mutuante”) celebrou o contrato de mútuo para construção de terminal retroportuário com a Santos Transportes de Cargas Eireli (“Santos Transporte” ou “Mutuária), no montante de R\$3 milhões, tendo por condição a utilização, com exclusividade, da conversão do valor do empréstimo na referida construção na cidade de Santos - SP. A não observância da finalidade do mútuo, conduzirá à imediata resolução do contrato, com a obrigatoriedade de devolução integral dos valores desembolsados.

O montante será desembolsado em três parcelas iguais de acordo com os seguintes marcos contratuais:

- 1º desembolso: foi transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias da assinatura do Instrumento de Mútuo – fase pré-operacional;
- 2º desembolso: foi transferido o valor de R\$1 milhão mediante o cumprimento da segunda etapa, no prazo de até 15 dias contados da Homologação do DEPOT e atendimento dos requisitos legais; e
- 3º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias contados da obtenção das licenças IMO e ANVISA, da obtenção da certificação SASSMAQ para transporte e armazenagem e da Homologação do terminal, o que ocorrer por último.

O montante desembolsado pela Log-In está sendo pago pela Santos Transporte em 48 parcelas mensais e fixas no valor de até R\$62,5 mil, com encargos de 0,83% a.m. podendo variar de acordo com possíveis oscilações do CDI, a cada semestre, e caso esta variação seja superior a 10% para cima ou para baixo, aplicando-se a mesma variação à taxa mensal acordada, mas limitados a uma taxa máxima de 12% ao ano, pro rata die, podendo a Santos Transporte amortizar ou liquidar o débito final contraído antes do vencimento do prazo avençado, com o proporcional cálculo. Até a data desta divulgação, todas as parcelas foram liquidadas dentro dos prazos acordados.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

A mutuária dará como garantia do cumprimento de suas obrigações de pagamento, os ativos em alienação fiduciária relacionados a seguir:

- 12 Caminhões Volvo – ano de fabricação entre 2007 e 2013;
- 1 Caminhão Scania – ano de fabricação 2014; e
- 1 Caminhão Iveco – ano de fabricação 2010.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor Segurado	Consolidado	
		Prêmio de Seguro	Vigência
P&I - Mercosul Line (VSA) DTH	2.567.030	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) DTH	2.567.030	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) FDD	55.805	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) FDD	55.805	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) SOL	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) SOL	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) TCL	2.567.030	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - Mercosul Line (VSA) TCL	2.567.030	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - Bunker	5.581	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - Bunker	5.581	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - DTH	1.177.486	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - DTH	1.177.486	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - FDD	55.805	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - FDD	55.805	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - SOL	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - SOL	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - TCL	1.177.486	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I - TIME CHARTER - TCL	1.177.486	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I (Protection and Indemnity) - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitada	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I (Protection and Indemnity) - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitada	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	5.580.500	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	5.580.500	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I Cobertura para containers	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I Cobertura para containers	27.903	8.948	20/02/2022 a 20/02/2023
Cyber	15.000	259	13/04/2021 a 13/04/2022
Cyber	15.000	259	13/04/2021 a 13/04/2022
Cobertura de Cascos de máquinas: Log-In Jacaranda e Log-In Endurance	565.723	6.208	07/06/2021 a 07/06/2022
Cobertura de Cascos de máquinas: Navios Log-In Pantanal, Log-In Jacaranda, Log-In Jatoba, Log-In Resiliente, Log-In Polaris, Log-In Discovery e Log-In Endurance	1.287.003	6.208	07/06/2021 a 07/06/2022
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	89.982	659	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Danos Morais)	2.790	1.298	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Danos Morais)	2.790	1.298	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Empregador)	5.581	1.298	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Empregador)	5.581	1.298	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico)	139.513	1.298	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico)	139.513	1.298	18/11/2021 a 18/11/2022

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Descrição	Valor Segurado	Consolidado	
		Prêmio de Seguro	Vigência
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC (Limite de valor de carga por container)	6.000	354	31/07/2021 a 31/07/2022
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC (Limite de valor de carga por container)	6.000	354	31/07/2021 a 31/07/2022
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C (Limite de valor de carga por container)	6.000	444	31/07/2021 a 31/07/2022
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C (Limite de valor de carga por container)	6.000	444	31/07/2021 a 31/07/2022
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	156	11/09/2021 a 11/09/2022
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	156	11/09/2021 a 11/09/2022
Seguro AUTO - Ambulancia TVV	460	3	24/05/2021 a 24/05/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	10.258	385	30/06/2017 a 30/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	3.330	75	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	2.462	59	24/03/2021 à 24/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	2.283	30	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	1.114	9	17/11/2021 a 17/11/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	579	13	25/08/2020 a 25/08/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	510	12	28/04/2021 à 28/04/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	467	5	07/11/2021 a 07/11/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	428	6	08/05/2020 a 08/05/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	386	37	22/03/2021 a 22/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	326	7	10/07/2020 a 10/07/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	50	1	01/10/2020 a 01/10/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (LOGIN)	44	1	15/10/2020 a 15/10/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	4.132	16	23/11/2021 a 23/11/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	4.003	88	17/02/2020 a 17/02/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	2.263	26	09/07/2021 a 09/07/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	1.624	61	29/09/2017 a 29/09/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	1.285	19	31/03/2021 a 31/03/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	1.082	14	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	1.015	3	12/10/2021 a 09/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	936	11	18/08/2021 a 18/08/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	745	21	18/11/2019 a 18/11/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	715	8	03/08/2021 a 03/08/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	617	8	01/10/2020 a 01/10/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	550	12	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	538	13	12/06/2019 a 12/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	520	10	18/05/2021 a 18/05/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	454	10	16/01/2020 a 16/01/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	399	4	21/02/2021 a 21/02/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	392	5	24/09/2020 a 24/09/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	326	4	10/07/2020 a 10/07/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	287	4	02/07/2020 a 02/07/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	278	3	20/05/2020 a 20/05/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	152	1	31/12/2021 a 31/12/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	142	2	04/05/2020 a 04/05/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	140	3	19/02/2021 a 19/02/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia (TVV)	132	3	01/06/2021 a 01/06/2026

▪ **Sinistros a recuperar**

Incidente embarcação Log-In Pantanal

No 1º trimestre de 2021, foi adimplida pela Companhia a obrigação prevista no Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”), firmado com o MPF, relacionado com o incidente ambiental com o navio Log-In Pantanal, ocorrido em 2017. A Companhia efetuou o pagamento, à título de indenização, do valor de R\$19.000.

No mesmo período, a Companhia celebrou um instrumento de conciliação com IBAMA (“Acordo Substitutivo de Sanção”), também relacionado com o mencionado incidente, e efetuou o pagamento do valor de R\$19.205, como parte de suas obrigações no Acordo Substitutivo.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



A Companhia reforça que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no TAC e no Acordo Substitutivo, estão abrangidas pela cobertura de P&I - *Protection and Indemnity* (“Clube de P&I” - Proteção e Indenização). Nesse contexto, os valores já dispendidos pela Companhia foram reembolsados, de forma integral, pelo seu Clube de P&I.

O montante de R\$691 registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao saldo residual de sinistros a recuperar em virtude de celebração do acordo substitutivo com IBAMA, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017, conforme informado na nota explicativa nº 15.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Resultado do leilão da Oferta Pública Voluntária para Aquisição do Controle da Log-In Lançada pela *SAS Shipping Agencies Services Sàrl*

Em 13 de janeiro de 2022, a Companhia divulgou o resultado do leilão (“Leilão”) da oferta pública voluntária para aquisição do controle da Log-In (“OPA”) lançada pela *SAS Shipping Agencies Services Sàrl* (“SAS” ou “ofertante”), conforme edital divulgado no dia 13 de dezembro de 2021.

De acordo com resultado divulgado pela B3 S.A. - Brasil, foram habilitadas 94.985.647 ações ordinárias de emissão da Log-In para o leilão, representando 90,79% do capital social da Companhia, excluídas as ações em tesouraria. Concluído o Leilão, a ofertante adquiriu 70.096.995 ações ordinárias de emissão da Companhia, a um preço unitário de R\$ 25,00.

Considerando que a ofertante havia fixado um número máximo de ações para aquisição no âmbito da OPA, foi realizado rateio entre os participantes do Leilão em uma base pro rata, na proporção de 73,82%. Conforme indicado no Edital, a liquidação financeira do Leilão ocorreu no dia 20 de janeiro de 2022.

Como resultado da OPA, a SAS se tornou a acionista controladora da Log-In, com uma participação correspondente a 67% do capital social da Companhia, excluídas as ações em tesouraria.

- Guerra Rússia e Ucrânia

Os potenciais efeitos da guerra entre Ucrânia e Rússia sobre nossas operações se encontram tempestivamente avaliados pela Administração e nosso Comitê Interno de Riscos. Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados potenciais eventos que causassem ajustes as mesmas.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 08 de março de 2022.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**LOG-IN – LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.****COMITÊ DE AUDITORIA - RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DE ATIVIDADES E CONCLUSÕES**
ABRIL/ 2021 – FEVEREIRO/2022

Entre abril de 2021 e fevereiro de 2022, o Comitê de Auditoria da Log-In Logística Intermodal S.A. (“Companhia”) (“Comitê”) se reuniu dez vezes, com a presença de todos os seus membros, para apreciar e deliberar sobre temas relacionados às demonstrações financeiras anuais e intermediárias e temas relacionados a gestão de riscos e controles internos, *compliance*, auditoria interna, governança e canal de denúncias, conforme descritos abaixo.

O Comitê é regido por seu Regimento Interno, disponível no site de relações com investidores da Companhia e no Sistema IPE da Comissão de Valores Mobiliários, reformado conforme aprovação do Conselho de Administração em 25 de maio de 2021. Sua estrutura visa a promover o diálogo constante com a administração da Companhia, com os auditores independentes e com a Gerência de Auditoria Interna, *Compliance* e Riscos.

Atividades:**Demonstrações Financeiras Anuais e Intermediárias**

Entre abril de 2021 e março de 2022, o Comitê apreciou e emitiu seu parecer a respeito das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“DFs 2021”), assim como a respeito das demonstrações financeiras trimestrais referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício social de 2021. No período em referência, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes da Companhia quatro vezes, quando da apreciação das demonstrações financeiras anuais e intermediárias, para esclarecimentos e discussão de aspectos referentes às políticas contábeis da Companhia, a eventuais ajustes decorrentes da auditoria, eventuais deficiências nos controles internos identificadas e potenciais aprimoramentos.

Riscos e controles internos:

No mesmo período, o Comitê acompanhou a elaboração e evolução do mapa de riscos da Companhia, coordenado pela Gerência de Auditoria Interna, *Compliance* e Riscos, aprimorando o processo de definição de respostas aos riscos e atribuição do risco a cada responsável. Além disso, também monitorou a elaboração das demonstrações financeiras anuais, tendo acompanhado os trabalhos dos Auditores Independentes e trabalhado em eventuais dúvidas levantadas pela auditoria interna e externa, bem como discutiu deficiências identificadas pelos Auditores Independentes nos controles internos e as medidas pertinentes para aprimorá-los, em especial com relação à emissão de Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e ao reconhecimento de receitas de

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



navegação.. Por fim, o Comitê manifestou-se sobre a instalação do Comitê de Controles Internos.

Compliance:

O Comitê tomou conhecimento de processos relacionados ao cumprimento de normas contábeis, de segurança da informação, de saúde, de segurança e de meio-ambiente, tendo acompanhado a implementação dos programas de saúde, segurança e meio-ambiente relacionados aos departamentos de terminais e rodoviário, inclusive com acompanhamento dos indicadores de acidentes e projetos. Com relação à Lei Geral de Proteção de Dados, o Comitê foi atualizado a respeito da implementação e cumprimento da política de proteção de dados da Companhia, aprovada no ano anterior. Paralelamente, com vistas ao constante aprimoramento, o Comitê atuou orientando a elaboração da Política de Integridade da Companhia, coordenada pela Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos.

Auditoria interna:

Conforme previsto em seu Regimento Interno, o Comitê apreciou e aprovou a proposta para o Plano Anual de Auditoria Interna para 2022 e monitorou as atividades Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos ao longo de 2021 à luz do Plano Anual de Auditoria Interna para 2021, tendo acompanhado os resultados dos seus planos de ação, atualizando o referido plano conforme necessário. Também acompanhou a auditoria da área intermodal, da área comercial e das metas da Companhia. Além disso, o Comitê discutiu, definiu e sugeriu aprimoramentos às metas da Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos para o exercício social de 2022, posteriormente validadas.

Governança:

O Comitê apreciou a proposta de alteração do seu Regimento Interno, a instalação do Comitê de Controles Internos e a alteração da estrutura da Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos. Também foram feitas atualizações do Programa de Saúde, Segurança e Meio Ambiente – SSMA da Companhia. O Comitê apreciou, ainda, a Política de Integridade e sugeriu aprimoramentos à versão apresentada.

Canal de Denúncias:

O Comitê também acompanhou os indicadores do Canal de Denúncias ((i) evolução por ano; (ii) locais das denúncias; (iii) classificação; (iv) categorias; (v) criticidade; (vi) origem dos protocolos; e (vii) médias de dias úteis de encerramento das denúncias no Canal), tendo discutido as principais denúncias recebidas, além de ter recomendado medidas para endereçá-las e acompanhado a auditoria de fornecedores para garantir o seu cumprimento das políticas da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Conclusões e recomendações:

Ao longo do período em referência, o Comitê de Auditoria atingiu as seguintes conclusões e proferiu as seguintes recomendações:

- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das DFs 2021;
- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras trimestrais referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício social de 2021;
- Recomendar ao Conselho de Administração a alteração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria;
- Recomendar aprimoramentos ao Plano Anual da Auditoria Interna para o exercício de 2022;
- Recomendar ajustes às metas da Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos propostas para 2022;
- Recomendar ajustes à Política de Integridade proposta;
- Recomendar o aprimoramento do procedimento de definição dos donos do risco e das respostas aos riscos identificados;
- Recomendar a instalação do Comitê de Controles Internos;
- Recomendar a alteração da estrutura da Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos;
- Recomendar a auditoria da totalidade das metas da Diretoria no exercício de 2021;
- ;
- Recomendar a adoção de medidas adicionais de reforço dos protocolos de contenção da COVID-19 na Companhia;
- Recomendar o alinhamento do gerenciamento dos riscos operacionais de saúde, segurança e meio-ambiente (SSMA) com os riscos estratégicos da área de SSMA que estão sendo acompanhados e monitorados pela Gerência de Auditoria Interna, Compliance e Riscos;
- Recomendar o aprimoramento dos procedimentos relacionados ao uso de contas de e-mail corporativo na Companhia; e

O Comitê de Auditoria,

Edson Renato Libório Monje (Coordenador)

Fabíola Ribeiro dos Santos

Flávio Souto Boan

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS AOS Administradores e Acionistas da Log-In Logística Intermodal S.A. e Controladas Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Log-In Logística Intermodal S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receita de navegação costeira ("receita de navegação") Conforme descrito na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e suas Controladas decorre substancialmente da receita de navegação costeira ("receita de navegação e afins"). A Companhia e suas Controladas contabiliza suas receitas de navegação e afins (R\$832.797 mil na controladora e R\$1.157.375 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2021) considerando as condições contratuais assinadas entre a Companhia e seus clientes e de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes, conforme preconizado pelo pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. Pelo reconhecimento da receita de navegação e afins envolver julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita pela prestação do serviço, considerando premissas tais como período de navegação e afins, condições contratuais entre as partes e extensão do consumo do benefício dos serviços prestados, e pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do ambiente de controles internos do processo de reconhecimento de receita de navegação e afins; (ii) testes, em base amostral, por meio de análise de documentação suporte das receitas de navegação e afins ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 considerando suas especificidades contratuais, evidências da efetiva prestação do serviço de navegação e consumo do benefício do uso do serviço; (iii) inspeção em base amostral da liquidação financeira por parte dos clientes dos recebíveis reconhecidos decorrentes da prestação do serviço de navegação e afins no exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (iv) testes substantivos incluindo análise da documentação suporte quanto à medição do benefício do serviço prestado para a respectiva receita registrada próxima da data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ("corte" da receita); e (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas, bem como identificamos ajustes de auditoria que afetaram o reconhecimento e a divulgação da receita de navegação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram discutidos com a Diretoria e comunicados aos órgãos de governança. Esses ajustes identificados por nós, não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Consideramos como resultado desses procedimentos de auditoria que os valores contabilizados de receitas de navegação e afins são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 8 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ John Alexander Harold Auton Contador CRC nº 1 RJ 078183/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Log-In – Logística Intermodal S.A. Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria da Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), no exercício das atribuições previstas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de maio de 2021, tendo analisado as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("DFs/21"), acompanhadas do relatório da administração, conforme lhe foram apresentadas nesta data, é da opinião de que os documentos em referência foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com a legislação societária vigente, recomendando, dessa forma, a aprovação, pelo Conselho de Administração, da versão das DFs/21 apresentada nesta data ao Comitê de Auditoria. Rio de Janeiro, 7 de março de 2022.

Fabiola Ribeiro dos Santos Membro

Flávio Souto Boan Membro

Edson Renato Liborio Monje Coordenador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua divulgação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua divulgação.